

**Prospecto Definitivo da Distribuição Pública da Segunda Série de Cotas Seniores de Emissão do
“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS – V”**

no montante de até

R\$200.000.000,00

Classificação de Risco da Fitch Ratings:

**Cotas Seniores da Primeira Série: AA+(bra)
Código ISIN nº BROMVCCTF006**

**Cotas Seniores da Segunda Série: AA+(bra)
Código ISIN nº BROMVCCTF022**



Cedente dos Direitos Creditórios

O Fundo foi constituído por sua Instituição Administradora em 11 de junho de 2007.

Protocolos CVM: O Fundo foi registrado na CVM em 19 de junho de 2007, sendo as Cotas Seniores da Primeira Série registradas na mesma data sob nº CVM/SRE/RFD/2007/033 e as Cotas Seniores da Segunda Série registradas em 03 de março de 2008, sob nº CVM/SRE/RFD/2008/008.

Distribuição pública de até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da Segunda Série, com a consequente emissão de Cotas Subordinadas para subscrição privada, do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS – V”, inscrito no CNPJ sob o nº 08.876.796/0001-52 (“Fundo”). As Cotas Seniores da Segunda Série terão valor inicial unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Os direitos e demais características das Cotas Seniores estão descritos neste prospecto, no regulamento consolidado do Fundo, registrado em 11 de junho de 2007, sob o nº 731934 e suas primeira, segunda, terceira e quarta alterações sob os nºs 732108, 739136, 741696 e 751252, respectivamente, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Regulamento”) e em seu suplemento, que integram este prospecto, respectivamente, como o Anexo I e Anexo IX.

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, Cep. 22640-100, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.

O Fundo ofertou na 1ª Distribuição 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da Primeira Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), todas já integralmente subscritas e integralizadas.

Classificação ANBID: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 30 À 42”

Somente Investidores Qualificados, conforme definidos neste Prospecto e na regulamentação pertinente, podem adquirir cotas do Fundo.



Prospecto de acordo com o
Código de Auto-Regulação
da ANBID para os Fundos
de Investimentos

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ANBID PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS NORMAS EMANADAS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DE COTAS DESTES FUNDOS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SUA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Instituição Líder



Instituição Administradora e Gestora

OLIVEIRA TRUST

Agência Classificadora de Risco

FITCH RATINGS BRASIL LTDA.

Custodiante

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

Auditoria



A data deste Prospecto é 13 de março de 2008

AVISOS - ANBID

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	8
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DOS CONSULTORES, DO AUDITOR E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA	22
SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	23
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DAS COTAS SENIORES DA SEGUNDA SÉRIE E DE SUA DISTRIBUIÇÃO	26
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	28
Fluxograma da Securitização.....	28
Objeto	29
Público Alvo.....	29
Forma de Constituição.....	29
Prazo de Duração.....	29
FATORES DE RISCO	30
GERENCIAMENTO DE RISCOS	43
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	44
Procedimento de Distribuição	44
Cronograma de Etapas da Oferta.....	45
Início e Encerramento da Distribuição	45
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas	48
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	51
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	52
Carteira do Fundo	52
Requisitos de Diversificação	52
Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo	53
Demais Informações sobre a Política de Investimento.....	53
DIREITOS CREDITÓRIOS	54
Aspectos Legais e Regulamentares dos Empréstimos e Financiamentos Garantidos por Alienação Fiduciária de Veículos.....	54
Sistema Nacional de Gravames - SNG.....	56
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios.....	58
Condições Adicionais dos Direitos Creditórios.....	59
Taxa de Desconto	61
Características dos Direitos Creditórios	62
Política de Concessão de Crédito a Pessoas Físicas e Jurídicas	63
Cobrança dos Direitos Creditórios	64
Perfil da Carteira de Direitos Creditórios da Omni	66
Características Gerais	73
Primeira Série	73
Segunda Série	74
Novas Emissões	74
Classes de Cotas	75
Relação Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores.....	75
Valorização das Cotas do Fundo	76
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS	79
Amortização das Cotas Seniores	79

Amortização das Cotas Subordinadas	81
ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	85
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	86
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	88
PRESTADORES DE SERVIÇOS	90
Administradora	90
Custodiante e Escriturador de Cotas.....	96
Fiel Depositária	100
Agente de Cobrança.....	100
Agente de Recebimento.....	101
Instituição Líder.....	101
Auditor.....	101
Agência Classificadora de Risco	101
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE	102
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES.....	103
Contrato de Custódia	103
Contrato de Cessão	103
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE.....	106
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	106
Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe.....	107
ASSEMBLÉIA GERAL	109
Competência	109
Procedimento de Convocação	110
Nomeação de Representante dos Condôminos.....	110
Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações.....	111
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral	113
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	114
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo.....	114
Procedimentos de Liquidação Antecipada	118
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	121
Despesas e Encargos do Fundo	121
Informações Obrigatórias e Periódicas.....	122
Demonstrações Financeiras do Fundo.....	123
PUBLICAÇÕES	125
BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCS	126
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS	127
Tributação do Fundo.....	127
Tributação dos Cotistas	127
ATENDIMENTO AO COTISTA	129
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OMNI	130
Sumário.....	130
Histórico	130
Estrutura Organizacional – Grupo Econômico.....	131
Composição do Capital Social.....	131
Total.....	131
Administração.....	131

Pessoal	133
ANEXO I	151
ANEXO II	152
ANEXO III.....	153
ANEXO IV.....	154
ANEXO V	155
ANEXO VI.....	156
ANEXO VII	157
ANEXO VIII	158
ANEXO IX.....	159
ANEXO X.....	160
ANEXO XI.....	161

GLOSSÁRIO

Principais termos e expressões utilizados neste prospecto:

Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001.91, ou quem vier a lhe suceder
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1470, cj. 511, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, ou quem vier a lhe suceder
Agente de Cobrança	Omni, contratada para efetuar os serviços de cobrança dos Devedores que não efetuarem o pagamento dos Direitos Creditórios na respectiva data de vencimento
Agente de Recebimento	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, contratado para prestar os serviços de cobrança escritural

	dos carnês e boletos de pagamento de titularidade do Fundo
Amortizações Programadas	Amortizações previstas para as Cotas Seniores de cada Série, calculadas conforme o item 13.1 do Regulamento, o Suplemento de cada Série e o capítulo “Amortização das Cotas” deste Prospecto
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Assembléia Geral	Assembléia Geral de cotistas do Fundo
Auditor	KPMG Auditores Independentes, contratada para realizar a auditoria das demonstrações financeiras do Fundo, bem como contratada para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de créditos da Omni
Aviso de Desenquadramento	Comunicação a ser enviada pela Administradora à Cedente em caso de inobservância da Relação Mínima, nos termos do item 11.2 do Regulamento e o item “Relação Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores” deste Prospecto. A Cedente poderá exercer a faculdade de, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Relação Mínima

Cedente	Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira com sede na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.228.410/0001-02, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Condições Adicionais	São as características dos Direitos Creditórios que, adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, são necessárias para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pela Omni a cada cessão
Contrato de Cessão	“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, contrato que estabelece os termos e condições das cessões de Direitos Creditórios entre a Omni (cedente) e o Fundo (cessionário)
Contrato de Colocação das Cotas Seniores da Segunda Série	“Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação Pública de Cotas Seniores da Segunda Série do ‘Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V’, sob regime de garantia firme”, celebrado entre o Fundo, a Instituição Líder e a Cedente, tendo por objeto a distribuição pública da totalidade das

	Cotas Seniores da Segunda Série de emissão do Fundo
Contrato de Custódia	“Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outras Avenças”, contrato que disciplina a prestação, pelo Custodiante em benefício do Fundo, dos serviços de custódia e outros serviços conexos
Contratos de Crédito Pessoal com Garantia	Contratos de empréstimo pessoal cuja garantia consiste na alienação fiduciária de Motocicletas, Veículos Leves ou Veículos Pesados, celebrados entre a Omni e seus clientes, os Devedores
Contratos de Financiamento	Contratos de financiamento de Motocicletas, Veículos Leves ou Veículos Pesados, celebrados entre a Omni e seus clientes, os Devedores
Correspondentes	Empresas contratadas pela Cedente como correspondentes bancários, para auxiliar no processo de originação de Direitos Creditórios. Os Correspondentes são responsáveis, dentre outras, pelas seguintes atividades: (i) captação de clientes; (ii) avaliação do perfil de cada cliente, para fins de concessão de crédito e respectivas condições, conforme as diretrizes e alçadas de concessão de crédito estabelecidas pela Omni; (iii) elaboração do cadastro dos clientes e

formalização de instrumentos; e (iv) realização de determinados procedimentos específicos de cobrança, ou auxílio ao Agente de Cobrança na realização de tais tarefas

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, resgatáveis somente por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada

Cotas Seniores

São as Cotas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento e do item “Classes de Cotas” deste Prospecto. As Cotas Seniores poderão ser emitidas em diversas Séries

Cotas Seniores em Circulação

A totalidade das Cotas Seniores emitidas e que ainda não tenham sido resgatadas

Cotas Subordinadas

São as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento e do item “Classes de Cotas” deste Prospecto. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas

	Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas serão emitidas em série única e somente poderão ser subscritas pela Cedente
Critérios de Elegibilidade	São as características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante, conforme determinação do artigo 38, II, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Custodiante	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2.200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001.11, contratada para prestar os serviços de custódia e outros serviços conexos para o Fundo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme as condições previstas no Regulamento e no Suplemento da respectiva Série
Data de Aquisição e Pagamento	Data em que será considerada realizada a cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, conforme descrito no Contrato de Cessão

Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de cotas de uma determinada Série de Cotas Seniores. Cada Série tem sua respectiva Data de Subscrição Inicial
Devedores	Pessoas físicas ou jurídicas, devedoras dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo
DI	Depósitos Interfinanceiros
Direitos Creditórios	São direitos de crédito do segmento financeiro, originados e cedidos pela Omni, em razão da celebração de Contratos de Financiamento e Contratos de Crédito Pessoal com Garantia, garantidos por alienação fiduciária de veículos, entre a Cedente e seus clientes
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos pela Omni ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata
Documentos Comprobatórios	Constituem a documentação comprobatória da origem dos Direitos Creditórios, que abrange os seguintes documentos: instrumentos particulares ou cédulas de crédito bancário, aditivos, títulos de crédito e instrumentos de garantia a eles vinculados, todos emitidos, preenchidos e assinados, cópias dos

documentos de identificação dos Devedores e dos veículos dados em garantia e demais documentos originais e comprobatórios dos Direitos Creditórios. A totalidade dos Documentos Comprobatórios ficará sob a guarda da Cedente, na qualidade de fiel depositária

Eventos de Avaliação

Aqueles definidos no item 18.1 do Regulamento, cuja verificação enseja a adoção dos procedimentos descritos no item 18.2 (incluindo a convocação da Assembléia Geral, a fim de deliberar se deverão ser iniciados os procedimentos de liquidação do Fundo, e a suspensão do pagamento das amortizações das Cotas Seniores e Subordinadas e das aquisições de novos Direitos Creditórios)

Eventos de Liquidação

Aqueles definidos no item 19.1 do Regulamento, cuja verificação enseja o início dos procedimentos de liquidação do Fundo, bem como a adoção dos procedimentos descritos no item 19.2 do Regulamento (incluindo a convocação da Assembléia Geral, a fim de confirmar a liquidação do Fundo, e a suspensão do pagamento das amortizações das Cotas Seniores e Subordinadas e das aquisições de novos Direitos Creditórios)

Eventos de Revisão

Aqueles definidos na cláusula 12.1 do Contrato de Cessão, cuja ocorrência configura um Evento de Avaliação

Eventos de Resolução

Aqueles definidos na cláusula 12.2 do

	Contrato de Cessão, cuja ocorrência enseja a resolução do Contrato de Cessão e configura um Evento de Liquidação
Fator Multiplicador	Percentual aplicado sobre as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, definido no Suplemento de cada Série. O Fator Multiplicador é a meta de rentabilidade de cada Série, desde que o patrimônio e a rentabilidade do Fundo assim permitam
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
Fiel Depositária	Omni, que será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas
Índice de Atraso	Índice de controle do atraso dos pagamentos da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, calculado conforme o Anexo IX do Regulamento, e cuja variação excepcional pode ensejar um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação
Índice de Liquidez	Índice que o Fundo deverá observar a partir de 30 (trinta) dias antes de qualquer Amortização Programada e até a respectiva data de ocorrência, de modo que detenha Disponibilidades e Direitos

	<p>Creditórios vencendo a partir da data de verificação e até 5 (cinco) dias úteis antes de qualquer Amortização Programada, em quantidade no mínimo suficiente para fazer frente à Amortização Programada em questão, conforme a fórmula descrita no item 14.1 do Regulamento e no capítulo “Índice de Liquidez” deste Prospecto</p>
Índice de Perda Acumulada da Carteira	<p>Índice de controle da inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, calculado conforme o Anexo IX do Regulamento, e cuja variação excepcional pode ensejar um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação</p>
IR	<p>Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza</p>
ISS	<p>Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza</p>
Investidores Qualificados	<p>Os investidores autorizados a adquirir cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, incluídas todas as categorias de investidores específicas, dentre as quais as descritas na Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, conforme alterada</p>
KPMG	<p>KPMG Auditores Independentes, o Auditor</p>
MDC	<p>Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos, integrante da CETIP</p>

Motocicletas	Motocicletas, as quais podem ser dadas em alienação fiduciária em garantia dos Contratos de Financiamento e dos Contratos de Crédito Pessoal com Garantia
Oferta	Oferta pública das Cotas Seniores da Segunda Série
Omni	Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira com sede na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.228.410/0001-02, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, Agente de Cobrança e fiel depositária dos Documentos Comprobatórios
Outros Ativos	Os seguintes ativos financeiros e modalidades operacionais em que o Fundo pode aplicar seus recursos que não se encontrem investidos em Direitos Creditórios: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e (iii) operações compromissadas lastreadas nos ativos identificados nos itens “i” e “ii” acima
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social
Preço de Aquisição	Preço a ser pago pelo Fundo à Cedente pelos Direitos Creditórios adquiridos, calculado pela aplicação da Taxa de Desconto ao valor de face dos Direitos

	Creditórios, nos termos do item 6.5 do Regulamento
Prospecto	O presente Prospecto da Distribuição Pública da Segunda Série de Cotas Seniores de Emissão do Fundo
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação, que será equivalente a 117,1%
Regulamento	Regulamento do Fundo, conforme alterado e consolidado até a data deste Prospecto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SERASA	Serasa S.A., sociedade que, dentre outras atividades, realiza a inserção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento
SFF	Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
Suplemento	Documento, cujo modelo consta do Anexo VI do Regulamento, que contém as características (incluindo os valores e datas das Amortizações Programadas e/ou

	<p>das amortizações integrais e o Fator Multiplicador da respectiva Série de Cotas Seniores) de cada Série de Cotas Seniores que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento e que, uma vez assinado pela Administradora e averbado no registro do Regulamento no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, constituirá parte integrante do Regulamento</p>
Taxa de Administração	<p>Remuneração a ser paga à Administradora, pelos serviços de administração do Fundo, equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 dias, incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, calculada conforme o item 3.1 do Regulamento e o capítulo “Taxa de Administração” deste Prospecto</p>
Taxa de Desconto	<p>Valor a ser deduzido do valor de face dos Direitos Creditórios, para fins de cálculo do respectivo Preço de Aquisição, calculado conforme o item 6.5 do Regulamento</p>
Taxa DI	<p>Taxa média diária dos DI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se para tanto, um ano de 252 dias úteis)</p>
TED	<p>Transferência Eletrônica Disponível</p>

Valor Mensal de Descontos dos Direitos Creditórios	É o valor que, em determinado mês, o Fundo deixou de receber em razão de descontos concedidos, sobre o valor esperado de recebimento dos Direitos Creditórios, nos estritos termos da política de cobrança, inclusive na hipótese de pré-pagamentos, calculado para fins do item 18.1 “xiv” do Regulamento
Valor Mensal Recebido de Encargos Moratórios	É o valor que, em determinado mês, o Fundo recebeu a maior (com relação ao valor esperado de recebimento dos Direitos Creditórios) dos Devedores em razão da cobrança de juros de mora, multa e quaisquer outros encargos moratórios, calculado para fins do item 18.1 “xiv” do Regulamento
Veículos Leves	Automóveis e utilitários, os quais podem ser dados em alienação fiduciária em garantia dos Contratos de Financiamento e dos Contratos de Crédito Pessoal com Garantia Garantia
Veículos Pesados	Caminhões, ônibus, carretas e utilitários pesados, utilizados tanto para transporte de carga quanto de passageiro, os quais podem ser dados em alienação fiduciária em garantia dos Contratos de Financiamento e dos Contratos de Crédito Pessoal com Garantia Garantia

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DOS
CONSULTORES, DO AUDITOR E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA**

Instituição Administradora	<p>Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</p> <p>Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca</p> <p>Rio de Janeiro – RJ</p> <p>Telefone: (21) 2493-7003</p> <p>Fax : (21) 2493-4746</p> <p>www.oliveiratrust.com</p>
Instituição Líder	<p>Banco KDB do Brasil S.A.</p> <p>Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 15º andar, sala 152</p> <p>São Paulo – SP</p> <p>Telefone/Fax: (11) 2138-0150</p>
Auditor	<p>KPMG Auditores Independentes.</p> <p>Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar</p> <p>São Paulo – SP</p> <p>Telefone: (11) 2183-3000</p> <p>Fax: (11) 2183-3001</p> <p>www.kpmg.com.br</p>
Entidade Reguladora	<p>Comissão de Valores Mobiliários</p> <p>Rua Sete de Setembro, nº 111</p> <p>2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares - Centro</p> <p>Rio de Janeiro – RJ</p> <p>20050-901</p> <p>Telefone e Fax: (21) 3233-8686</p> <p>www.cvm.gov.br</p>

SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

O presente capítulo contém informações sobre as principais características do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS – V”. Para outras informações sobre os principais termos e condições da oferta pública das Cotas Seniores da Segunda Série, veja o capítulo “Sumário dos Termos e Condições das Cotas Seniores e de Sua Distribuição”, abaixo. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento.

Emissor das Cotas	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V
Cedente dos Direitos Creditórios	Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira com sede na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.228.410/0001-02
Forma de Constituição	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas
Prazo de Duração do Fundo	120 meses, contados a partir da data da primeira integralização de cotas do Fundo
Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores	A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 117,1%
Classes de Cotas	As Cotas poderão ser seniores ou subordinadas. Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e

prazos, bem como direitos de voto. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. As Cotas Seniores poderão ser emitidas em diversas Séries. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento e no presente Prospecto. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas serão emitidas em série única, não poderão ser objeto de distribuição pública e somente poderão ser subscritas pela Cedente

**Valorização das Cotas e
Distribuição dos
Rendimentos da Carteira do
Fundo**

As Cotas de cada classe e Série do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores: (i) o valor apurado conforme descrito no item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe - Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe”; ou (ii) na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, o valor das Cotas Seniores será apurado mediante o rateio do patrimônio líquido do Fundo proporcionalmente ao valor das Cotas Seniores de cada Série, calculado este conforme o item “I” acima. O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas

Valor Mínimo de Aplicação

R\$25.000,00

Destinação dos Recursos

Os recursos decorrentes da integralização das Cotas serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Contratos de Financiamento ou

Contratos de Crédito Pessoal com Garantia celebrados entre a Omni e os Devedores, desde que aqueles atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, às Condições Adicionais e à política de investimento do Fundo. Para maiores informações acerca da política de investimento do Fundo, vide o capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto

Publicações	Todas as publicações a cargo do Fundo serão realizadas no jornal “Valor Econômico”
Instituição Líder	Banco KDB do Brasil S.A.
Instituição Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Auditor	KPMG Auditores Independentes
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., ou quem vier a sucedê-la

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DAS COTAS SENIORES DA SEGUNDA SÉRIE E DE SUA DISTRIBUIÇÃO

O presente capítulo contém informações sobre os principais termos e condições da oferta pública das Cotas Seniores da Segunda Série. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento.

Procedimento de Distribuição	A distribuição das Cotas Seniores da Segunda Série será pública, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme definidos na regulamentação pertinente (incluindo todas as categorias de investidores específicas que possam adquirir cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios). As Cotas Seniores da Segunda Série serão colocadas pela Instituição Líder, sob regime de garantia firme
Valor Unitário de Emissão	As Cotas Seniores terão valor unitário de emissão de R\$25.000,00, na Data de Subscrição Inicial
Valor Total Inicial da Segunda Série	até R\$200.000.000,00, na Data de Subscrição Inicial
Volume de Emissão de Cotas Seniores da Segunda Série	Serão emitidas no mínimo 1.000 e no máximo 8.000 Cotas Seniores da Segunda Série
Prazo para Encerramento da Distribuição das Cotas Seniores da Segunda Série	180 dias, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição, passível de prorrogação em caso de solicitação à CVM
Remuneração Alvo	As Cotas Seniores da Segunda Série terão como Remuneração Alvo 112% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, divulgada pela CETIP
Prazo	As Cotas Seniores da Segunda Série terão o prazo de 48 meses, contados da Data de Subscrição Inicial da Segunda

Série

Amortizações

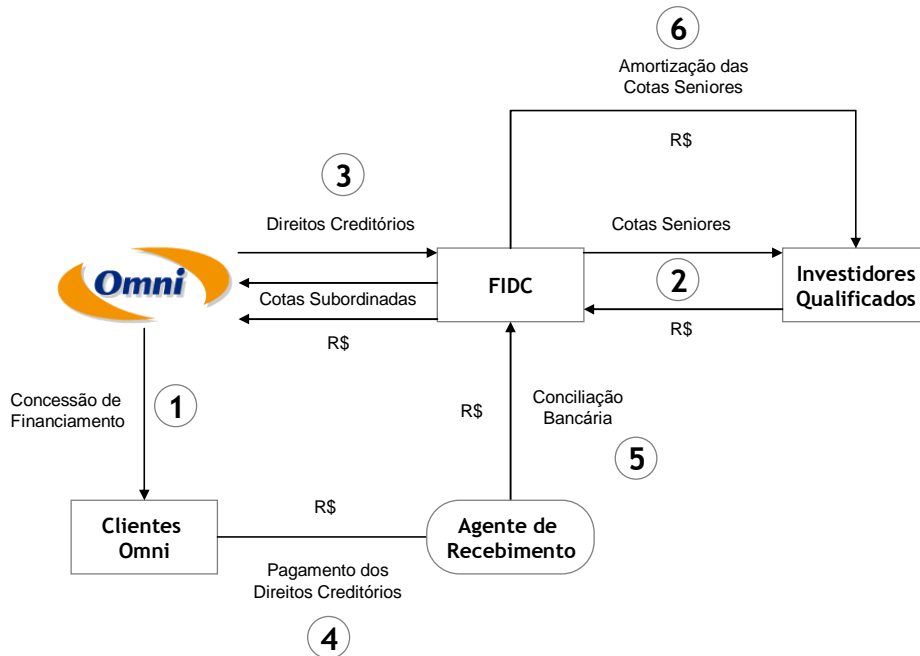
As Cotas Seniores da Segunda Série serão amortizadas em 30 pagamentos mensais e sucessivos, iniciando-se a partir do 19º mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no mesmo dia do mês em que houver sido realizada a Segunda subscrição de Cotas Seniores da Segunda Série e desde que o Fundo tenha recursos. Para mais informações sobre as amortizações, veja-se o capítulo “Amortização das Cotas” deste Prospecto

Resgate

As Cotas Seniores da Segunda Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização programada, que corresponde à data do término de duração das Cotas desta Série, pelo seu respectivo valor contábil

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Fluxograma da Securitização



1. A Omni concede empréstimos ou financiamentos a seus clientes, de acordo com a sua política de concessão de crédito, originando os Direitos Creditórios;
2. Para a obtenção dos recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios, o Fundo realiza a distribuição pública das Cotas Seniores, que serão adquiridas exclusivamente por Investidores Qualificados;
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios de titularidade da Omni, de acordo com a política de investimento do Fundo e com os Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais; para assegurar a manutenção da Relação Mínima, a Omni subscreve Cotas Subordinadas, integralizando-as com Direitos Creditórios;
4. Os Devedores realizam o pagamento das parcelas de seus empréstimos ou financiamentos junto a rede bancária;
5. O Agente de Recebimento recebe os valores oriundos dos pagamentos dos Direitos Creditórios e os transfere para o Fundo;
6. Nas Datas de Amortização, o Fundo realiza os pagamentos das amortizações das das Cotas Seniores.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita no Regulamento e neste Prospecto.

Público Alvo

Somente poderão adquirir Cotas Seniores os Investidores Qualificados, conforme definidos na regulamentação pertinente (incluídas todas as categorias de investidores específicas que possam adquirir cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, dentre os quais os especificados na Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, conforme alterada), que almejam rentabilidade a longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitam os riscos inerentes a tal investimento.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto neste Prospecto ou por decisão da Assembleia Geral.

Prazo de Duração

O Fundo tem prazo de duração de 120 meses, contados a partir da primeira integralização de cotas do Fundo, encerrando-se em 12/07/2017.

FATORES DE RISCO

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por conseqüência seu patrimônio, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

Riscos de Mercado

Descasamento de Taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”). Ademais, a Administradora não realizará operações de *swap* de taxas prefixadas por DI over. Se a taxa de remuneração do DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. A Cedente, o Fundo e a Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

Baixa Valorização dos Outros Ativos

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos. No entanto, os Outros Ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias do DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias do DI). Nessa hipótese, os cotistas seniores poderão ter a rentabilidade de suas Cotas afetadas negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem a Cedente nem a Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

Flutuação de Preços dos Ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo estão sujeitos a oscilações e poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, notícias econômicas e políticas em geral, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das cotas do Fundo poderá ser afetada negativamente.

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

Riscos de Crédito

Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou da Cedente. Igualmente, nem o Fundo nem a Administradora prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

Inadimplência dos Emissores e/ou Devedores dos Outros Ativos

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos, conforme especificados na política de investimento descrita no Regulamento e no capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto. Os Outros Ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores e/ou devedores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como alteração adversa das taxas de juros e/ou dos índices de inflação, baixos índices de crescimento econômico, aumento do preço dos combustíveis, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios, provocando perdas patrimoniais aos cotistas do Fundo.

Transferência dos Veículos objeto de alienação fiduciária

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de financiamentos e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. A propriedade fiduciária dos veículos dados em garantia, porém, permanece com a Cedente, sendo que a efetiva transferência ao Fundo somente ocorrerá nos casos previstos no Contrato de Cessão. Caso seja necessária a execução do Devedor, é possível que a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o nome do Fundo, quando necessária, demore mais do que o esperado, o que pode dificultar ou mesmo impedir a execução da garantia. Se isso ocorrer, o patrimônio do Fundo poderá ser reduzido, afetando negativamente o rendimento das Cotas.

Modificação de créditos por decisão judicial

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de empréstimos e financiamentos, que podem eventualmente ter suas condições questionadas em Juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser afastada a possibilidade de os Devedores lograrem

êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.

Riscos de Liquidez

Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer conseqüências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor e/ou devedor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

Fundo Fechado e Mercado Secundário

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das Amortizações Programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Administradora, da Cedente ou do Custodiante em relação à possibilidade de venda das cotas no mercado secundário, preço obtido por elas, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

Liquidação Antecipada

As Cotas Seniores serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no Suplemento de cada Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo (vide especificamente as cláusulas 18 e 19 do Regulamento e o capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto). Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

Observância do Índice de Liquidez não Constitui Garantia de Pagamento

O Fundo deve observar um Índice de Liquidez, de modo que detenha ativos (Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos) com liquidez ou vencimento em data compatível suficientes para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores, nos termos do item 14 do Regulamento e do capítulo “Índice de Liquidez” deste Prospecto. No entanto, é possível que eventualmente o Fundo não consiga cumprir o Índice de Liquidez. É também possível que, não obstante a devida observância do Índice de Liquidez, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência e observância do Índice de Liquidez não constituem garantia de pagamento das Amortizações Programadas de Cotas Seniores.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas no Regulamento (vide especificamente as cláusulas 18 e 19 do Regulamento e o capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto). Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Auditoria por Amostragem

A verificação física da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios é realizada apenas por meio de auditoria periódica e por amostragem, conforme os critérios descritos no Anexo II do Regulamento e no item “Verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem” deste Prospecto. Considerando que tal auditoria é realizada tão-somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

Falhas do Agente de Recebimento

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente do Agente de Recebimento, o Banco Bradesco S.A.. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores. Assim, qualquer falha de procedimento do agente contratado poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

Forma de pagamento dos Direitos Creditórios

O pagamento referente aos empréstimos e financiamentos cujos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo pode ser feito (i) em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional até a data de seu vencimento, ou (ii) em qualquer agência do Agente de Recebimento em até 20 (vinte) dias após o vencimento. Caso, não obstante as instruções específicas de pagamento acima referidas, os recursos por qualquer motivo sejam pagos diretamente à Cedente, a subsequente transferência ao Fundo, que é dever deste, dependerá de ato da própria Cedente. Por diversos motivos, a transferência de recursos da Cedente ao Fundo poderá atrasar, como, por exemplo, por problemas operacionais ou por intervenção, liquidação ou falência daquele. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

Risco de Descontinuidade

Liquidação Antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões (vide especificamente as cláusulas 18 e 19 do Regulamento e o capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto). Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos cotistas (o que não é garantido pela Administradora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros), é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu Cotas.

Observância da Alocação Mínima

O Fundo deve adquirir preponderantemente Direitos Creditórios. Entretanto, não há garantia de que a Cedente conseguirá ou desejará originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente aos níveis mínimos exigidos de alocação de recursos do Fundo em Direitos Creditórios. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de origem e de cessão de Direitos Creditórios suficientes.

Riscos da Originadora

Descumprimento do Contrato de Cessão

Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, a Cedente cederá Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso a Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez e inclusive se desenquadre em relação às exigências de alocação de recursos em Direitos Creditórios. A Cedente pode ainda, por qualquer motivo, eventualmente deixar de cumprir ou cumprir insatisfatoriamente algumas de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão, tais como de atuar como Agente de Cobrança ou de guardar os Documentos Comprobatórios. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar a prejuízos ao Fundo ou até à sua liquidação antecipada.

Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de empréstimos e financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Regulamento e no capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto, bem como atender aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade, as Condições Adicionais e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo..

Outros Riscos

Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios

Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

Intervenção no ou Liquidação do Agente de Recebimento

Na hipótese de intervenção extrajudicial no Agente de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação extrajudicial do Agente de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e

somente serem recuperados por meio de pedido de restituição. Em ambos os casos, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

A Cedente será fiel depositária dos Documentos Comprobatórios e os guardará em imóvel mantido pela própria. Embora tenham ambas a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso ao imóvel e à referida documentação, o fato de os Documentos Comprobatórios não estarem sob poder direto do Custodiante poderá representar dificuldade à verificação da constituição e análise dos Direitos Creditórios, bem como dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança dos respectivos Devedores, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus cotistas.

Ausência de Notificação aos Devedores

Os Devedores não serão notificados da cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, exceto nos casos previstos no Contrato de Cessão. Assim, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Pagamentos feitos a terceiros que não o Fundo, sem o subsequente repasse, ou repassados com atraso, afetariam negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das cotas.

Dação em Pagamento com Direitos Creditórios

No caso de liquidação do Fundo em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

Inexistência de Rendimento Predeterminado

As Cotas Seniores serão valorizadas todo dia útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo. Tais critérios visam definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas cotas e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos cotistas. Portanto, os cotistas

somente receberão rendimentos se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.

Perecimento ou roubo do veículo objeto do financiamento

Para a concessão dos empréstimos e financiamentos, exige-se a constituição de alienação fiduciária sobre veículo, em garantia da dívida, mas não se exige que o veículo dado em garantia tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

Repasse de valores recuperados por meio de processos de cobrança

Conforme descrito no Anexo V do Regulamento e no item “Cobrança dos Direitos Creditórios” deste Prospecto, serão adotados ou intentados procedimentos de negociação e cobrança com o fim de obter valores em atraso, pela Cedente ou por terceiros por ela contratados. Em caso de sucesso na cobrança, e caso os valores recuperados sejam, por qualquer motivo, recebidos pelos próprios responsáveis por tais medidas de cobrança, estes poderiam eventualmente, por diversos motivos, deixar de repassar tais valores ao Fundo. Tal fato acarretaria recebimento pelo Fundo de menos recursos, afetando seu patrimônio e a rentabilidade das cotas.

Dificuldades na execução

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Havendo inadimplemento, os Devedores serão executados judicialmente. É possível que o veículo que garanta a dívida não seja encontrado, ou ainda que, caso encontrado, o preço obtido na venda seja insuficiente para cobrir o débito com o Fundo. Nesses casos, ainda restaria ao Fundo executar o restante do patrimônio do Devedor, o que, além de demorado, mostra-se na maioria dos casos pouco eficiente. Em virtude do disposto acima, o patrimônio do Fundo poderia ser afetado negativamente.

Situação financeira dos Devedores e sua Deterioração

A concessão de empréstimos e financiamentos é precedida de verificação de registros de inadimplência relativos aos tomadores de empréstimos no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, Serasa e outras entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito. É possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período entre a concessão do financiamento e a efetiva cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios dele originados, ou ainda que a análise realizada não seja suficiente para o adequado diagnóstico da real situação de crédito do Devedor. Como não se faz nova análise da situação financeira do Devedor previamente à cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, é possível que o Fundo venha a adquirir Direitos Creditórios de Devedores cuja situação financeira esteja deteriorada. A eventual inadimplência de tais Devedores pode levar à redução da rentabilidade das Cotas.

Aquisição de apenas parte dos Direitos Creditórios decorrentes de um mesmo Contrato de Financiamento ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia.

O Fundo tem a faculdade de adquirir Direitos Creditórios correspondentes à totalidade ou a somente algumas parcelas decorrentes de um mesmo Contrato de Financiamento ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia. A aquisição parcial pode trazer problemas para o Fundo e seus cotistas em caso de necessidade de obtenção dos respectivos Documentos Comprobatórios, uma vez que todos os titulares dos créditos decorrentes do mesmo contrato têm direito de acesso a tais documentos. Dificuldades e entraves no acesso aos Documentos Comprobatórios podem obstar ou retardar os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia resultar em prejuízo ao Fundo e seus cotistas. Ademais, em caso de inadimplência do contrato cujos créditos hajam sido adquiridos apenas parcialmente, e caso o Agente de Cobrança deixe de realizar a cobrança, pode haver divergências, entre os diversos credores do contrato, quanto aos procedimentos a serem adotados para cobrança. Os recursos obtidos com a cobrança podem ainda ser insuficientes, fazendo-se necessária a realização de rateio dos recursos entre os diversos credores. Dificuldades e entraves na cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios podem levar a prejuízos para o Fundo e seus cotistas.

Diminuição do nível de atividades da Cedente e prioridade e preferência entre os fundos.

A Cedente também aliena Direitos Creditórios a outros fundos registrados na CVM, a saber: (i) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni I; (ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni II; (iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni III; (iv) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni IV e (v) Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos. Os Direitos Creditórios eram cedidos a tais fundos, em julho de 2007, na seguinte proporção: (i) FIDC Omni I, 31,67%; (ii) FIDC Omni II, 31,92%; (iii) FIDC Omni III, 18,63%; (iv) FIDC Omni IV, 7,73% e (v) FIDC Ourinvest, 8,25%. Durante o início das atividades do Fundo, a Cedente prevê que, do total de Direitos Creditórios originados pela Omni, 1,8% serão cedidos ao Fundo. O percentual de cessão ao Fundo deverá ser elevado gradualmente conforme ocorram as amortizações previstas para os demais fundos, até que o Fundo mantenha em carteira aproximadamente 30% dos Direitos Creditórios originados pela Omni. Não há garantia, porém, de que este percentual será alcançado.

Não há qualquer tipo de prioridade ou preferência para aquisição de direitos creditórios entre os fundos nos quais a Omni figura como Cedente. Nesse sentido, na hipótese de diminuição do nível das atividades da Omni a ponto de comprometer significativamente o volume de originação de Direitos Creditórios, a distribuição dos Direitos Creditórios entre os fundos ocorrerá de acordo com a discricionariedade da Cedente. Como resultado, caso a redução do volume de originação leve a Cedente a reduzir o volume de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo de tal forma que comprometa os níveis mínimos de composição e diversificação de sua carteira, é possível que o Fundo tenha que ser liquidado antecipadamente. Adicionalmente, é possível que durante o período de redução do percentual de Direitos Creditórios em sua carteira, o Fundo não encontre ativos passíveis de investimento com rentabilidade equivalente àquela proporcionada pelos Direitos Creditórios, o que pode se refletir em efeitos negativos no patrimônio do Fundo e na rentabilidade de suas Cotas.

Inexistência de informações sobre os Direitos Creditórios que integrarão a carteira do Fundo

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente poderá ceder ao Fundo, durante o prazo de duração deste, Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, até o limite de R\$4.000.000.000,00. As cessões de Direitos Creditórios

ocorrerão periodicamente, conforme a necessidade e disponibilidade de recursos do Fundo. Nesse sentido, ainda não é possível determinar exatamente as características relevantes dos Direitos Creditórios que comporão a carteira do Fundo, tais como: número de Direitos Creditórios Cedidos e valor total, taxas de juros, prazos de vencimento e períodos de amortização. Embora constem no Anexo III deste Prospecto informações estatísticas para Direitos Creditórios com características semelhantes aos que serão cedidos ao Fundo, nada garante que a carteira de Direitos Creditórios efetivamente adquirida pelo Fundo tenha desempenho semelhante, o que pode dificultar a análise dos riscos de investimento em Cotas.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração do Fundo orienta-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados pela Administradora, na qualidade de gestora do Fundo.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Cotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Cotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

O presente capítulo contém informações sobre a colocação das Cotas Seniores da Segunda Série pela Instituição Líder. Para outras informações sobre os principais termos e condições da oferta pública das Cotas, veja o capítulo “Sumário dos Termos e Condições das Cotas Seniores e de Sua Distribuição”.

Procedimento de Distribuição

A Instituição Líder colocará publicamente, até 8.000 Cotas Seniores da Segunda Série, sendo sob o regime de garantia firme 4.000 Cotas Seniores da Segunda Série, com valor unitário de R\$25.000,00, na Data de Subscrição Inicial.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- i) o início da colocação das Cotas Seniores da Segunda Série deverá acontecer após a obtenção do registro da Oferta na CVM;
- ii) a colocação será pública, sob a coordenação da Instituição Líder, realizada em mercado de balcão, não havendo lotes máximos ou mínimos;
- iii) a Oferta será destinada exclusivamente a investidores autorizados a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios pela regulamentação pertinente;
- iv) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores;
- v) a subscrição das Cotas Seniores da Segunda Série pelos investidores somente terá início após (a) o registro da Oferta na CVM; (b) a disponibilização deste Prospecto definitivo ao público; e (c) a publicação do anúncio de início de distribuição;
- vi) o valor mínimo da aplicação no Fundo será de R\$25.000,00; e
- vii) a integralização das Cotas Seniores da Segunda Série deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo valor de cota calculado pela Administradora, de acordo com o Regulamento.

A Instituição Líder assegurará que o tratamento aos destinatários e aceitantes da oferta seja justo e equitativo.

Poderá haver distribuição parcial das Cotas Seniores da Segunda Série, respeitada a quantidade mínima de 1.000 (mil), sendo que o saldo das Cotas Seniores da Segunda Série que não for efetivamente subscrito e integralizado, poderá ser cancelado, pela Instituição Administradora, antes do final do prazo de colocação.

Cronograma de Etapas da Oferta

Segue, abaixo, cronograma indicativo das etapas da distribuição das Cotas Seniores da Segunda Série, informando seus principais eventos:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data⁽¹⁾
1.	Protocolo do pedido de registro na CVM	19 de fevereiro de 2008
2.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	28 de fevereiro de 2008
3.	Data de registro na CVM	03 de março de 2008
4.	Publicação do anúncio de início	06 de março de 2008
5.	Data máxima para publicação do anúncio de encerramento da oferta pública	05 de setembro de 2008

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Distribuidor e da Instituição Administradora.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da Segunda Série somente terão início após: (i) o registro de sua distribuição na CVM; e (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo à Segunda Série de Cotas Seniores do Fundo.

A colocação das Cotas Seniores da Segunda Série deverá ser efetuada no prazo máximo de 180 dias a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição. A Oferta poderá ser encerrada a qualquer tempo, a critério da Instituição Líder. A Oferta necessariamente será encerrada após a colocação da totalidade das Cotas Seniores da Segunda Série ou o término do prazo de colocação, aquele que ocorrer antes. Após o encerramento da Oferta deverá ser publicado Anúncio de Encerramento.

Conforme a regulamentação da CVM, a Instituição Líder deverá suspender a qualquer momento a Oferta na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal “Valor Econômico”.

Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação

A aceitação dos investidores deverá se dar de acordo com os procedimentos da CETIP.

A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução nº 400/03, da CVM, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder até o quinto dia útil posterior à publicação do aviso informando sobre a modificação da Oferta, ou após ser informado sobre a suspensão da Oferta.

Modificação, Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados, conforme previsto pela Instrução nº 400/03, da CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Administradora, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso ao menos na forma prevista no item “Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição”. Adicionalmente, a Instituição Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Líder a respeito da modificação efetuada, para

que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A Oferta poderá, ainda, ser cancelada em caso de rescisão do Contrato de Colocação, ou caso não seja distribuído o montante mínimo de Cotas Seniores da Segunda Série, que equivale a 1.000 cotas, no período de distribuição.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante publicação de aviso na forma prevista no item “Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição” acima, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação na forma e no prazo previstos no item “Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação” acima.

Devolução e Reembolso aos Investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 dias úteis contados da publicação do aviso ao mercado informando sobre a suspensão ou cancelamento da Oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas

Os investidores interessados em adquirir Cotas do Fundo devem contatar a Instituição Líder, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Líder; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto Definitivo e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

O preço de emissão das Cotas será calculado de acordo com o estabelecido no Regulamento e será integralizado à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. A integralização das cotas do Fundo pode ser efetuada por crédito em conta corrente de titularidade do Fundo mantida no Custodiante ou por TED.

As Cotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundo, integrante da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário, no SFF – Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores, e à Administradora a adesão deste aos termos do Regulamento.

A totalidade das Cotas Seniores da Segunda Série será colocada publicamente e exclusivamente pela Instituição Líder, sob o regime de garantia firme.

Demonstrativo do Custo das Distribuições

Demonstrativo do Custo da Distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Taxa de Registro CVM	82.870,00	0,08%
Comissão de Coordenação	700.000,00	0,7%

Comissão de Colocação	300.000,00	0,3%
Agência Classificadora de Risco	50.000,00	0,05%
Auditoria	80.000,00	0,08%
Assessoria Legal	85.000,00	0,085%
Taxa ANBID	5.000,00	0,005%
Total	1.302.870,00	1,30%

Custo Unitário de Distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série:

Nº DE COTAS	CUSTO DO LANÇAMENTO (R\$)	CUSTO POR COTA (R\$)	% EM RELAÇÃO AO PREÇO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO
4.000	1.302.870,00	325,72	1,30%

Demonstrativo do Custo da Distribuição das Cotas Seniores da Segunda Série

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da Segunda Série, objeto da Oferta:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Taxa de Registro CVM	82.870,00	0,04%
Comissão de Colocação	1.400.000,00	0,70%
Agência Classificadora de Risco	50.000,00	0,03%
Total	1.532.870,00	0,77%

Custo Unitário de Distribuição das Cotas Seniores da Segunda Série:

Nº DE COTAS	CUSTO DO LANÇAMENTO (R\$)	CUSTO POR COTA (R\$)	% EM RELAÇÃO AO PREÇO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO
8.000	1.532.870,00	191,61	0,77%

A Instituição Líder foi contratada para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores da Segunda Série, por meio do “Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação Pública de Cotas Seniores da Segunda Série do ‘Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V’, sob regime de garantia firme”, celebrado entre a Instituição Líder, o Fundo, a Administradora e a Omni. Cópia do Contrato de Colocação encontra-se disponível para consulta na sede da Administradora.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da Segunda Série encontram-se no capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse”.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por principal objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Contratos de Financiamento e Contratos de Crédito Pessoal com Garantia celebrados entre a Omni e os Devedores, de acordo com as disposições previstas no Regulamento, no Contrato de Cessão e na legislação aplicável.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, o Fundo terá como meta a distribuição diária de rendimentos às Cotas Seniores, tendo como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, sobre as quais será aplicado o Fator Multiplicador, definido no Suplemento da respectiva Série. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no respectivo período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%, conforme ainda o respectivo prazo de aplicação. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Carteira do Fundo

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, originários de Contratos de Financiamento e Contratos de Crédito Pessoal com Garantia que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, às Condições Adicionais e à política de investimento descrita neste capítulo.

Requisitos de Diversificação

Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira abaixo estabelecidos, bem como na legislação e regulamentação vigentes. Adicionalmente às regras e condições aqui estabelecidas, as operações de aquisição de Direitos Creditórios para o Fundo deverão ser realizadas necessariamente com base nas regras e condições estabelecidas no Contrato de Cessão (o qual é descrito no item “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão” deste Prospecto).

Decorridos 90 dias do início das atividades do Fundo (assim considerado como sendo a data da primeira subscrição de cotas), este deverá ter, no mínimo, 50% e, no máximo, 100% de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios.

Ressalvando-se o disposto no parágrafo anterior e no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo poderá aplicar até 20% de seu patrimônio líquido em ativos de emissão e/ou coobrigação de um mesmo devedor, conforme descrito no artigo 40-A da Instrução nº 356/01, da CVM.

O Fundo não poderá contratar quaisquer operações para a composição de sua carteira em que figurem como contrapartes a própria Administradora, empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento por ela administrados, ou pelas demais pessoas acima referidas.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios originados e cedidos pela Cedente poderá ser livremente aplicada em Outros Ativos, quais sejam:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) operações compromissadas lastreadas nos ativos identificados nos itens “i” e “ii” acima.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Não obstante a diligência da Administradora, na qualidade de gestora do Fundo, em colocar em prática a política de investimento delineada no Regulamento, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista. **Recomenda-se ao investidor a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.**

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste capítulo serão observados diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior.

O Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Aspectos Legais e Regulamentares dos Empréstimos e Financiamentos Garantidos por Alienação Fiduciária de Veículos

Os principais aspectos legais e regulamentares das operações de empréstimo e financiamento que originam os Direitos Creditórios estão relacionados à alienação fiduciária dos veículos.

A garantia representada pela alienação fiduciária de veículos é regulada pelos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, pela Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, em seu artigo 66-B, pelos artigos 2º e seguintes do Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e pela Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o devedor ou garantidor transmite a propriedade resolúvel de um bem de sua propriedade ao credor, com o objetivo de garantir a dívida existente entre o credor e o devedor. Apesar da transmissão da propriedade e da posse indireta para o credor, o devedor ou garantidor permanece com a posse direta do bem, podendo, até o vencimento da dívida, às suas expensas e risco, usar a coisa de acordo com a sua destinação natural, conforme determina o artigo 1.363 do Código Civil. Neste caso, o devedor ou garantidor será depositário da coisa, devendo empregar em sua guarda a diligência exigida pela natureza do bem, assim como entregá-lo ao credor caso a dívida não seja adimplida no vencimento. Se a dívida for inteiramente quitada, a propriedade se resolve e o bem retorna ao patrimônio do devedor ou garantidor.

Como requisito de constituição da garantia, no caso de alienação fiduciária de veículos, estabelece o parágrafo 1º do artigo 1.361 do Código Civil a necessidade de registro do respectivo contrato na repartição competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no seu certificado de registro.

Eficácia da Alienação Fiduciária perante Terceiros

O referido parágrafo 1º do artigo 1.361 do Código Civil impõe que, para constituição da alienação fiduciária em garantia de veículo, deve haver o registro no órgão competente para o licenciamento do veículo, que é o órgão executivo de trânsito do Estado

no qual o veículo esteja registrado (ou no Distrito Federal, conforme o caso). Tal órgão deve ser o do domicílio ou residência do seu proprietário, conforme determina o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

Com o fim de conferir publicidade ao registro, protegendo terceiros que venham a adquirir o bem e, ao mesmo tempo, como requisito de eficácia da garantia contra terceiros, o registro da alienação fiduciária em garantia de veículos deve seguir também os procedimentos regulados pela Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004, do CONTRAN, órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito.

Regulamentos Editados pelo CONTRAN

A Resolução nº 159/04 do CONTRAN foi editada com o objetivo de padronizar os procedimentos para registro dos contratos de alienação fiduciária de veículos perante os órgãos executivos (DETRANs). Esta Resolução define o registro de contrato de alienação fiduciária de veículo como o arquivamento de seu instrumento, público ou particular, por cópia, microfilme ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou óptico, precedido do devido assentamento em livro próprio. Os dados desse registro podem ser arquivados em qualquer forma de banco de dados magnético ou eletrônico, desde que esta garanta requisitos de segurança quanto à adulteração e manutenção do seu conteúdo.

A referida Resolução também define gravame, como a anotação, no campo de observações do certificado de registro de veículos, de garantia real de veículo automotor, decorrente de contratos com cláusula de alienação fiduciária, reserva de domínio ou penhor. Os órgãos executivos de trânsito, após o registro do contrato a que se referem, farão constar em favor da empresa credora da garantia real, no campo de observações do certificado de registro de veículos, a existência do gravame com a identificação do respectivo credor da garantia real.

A inserção e liberação dos gravames podem ser feitas eletronicamente, mediante sistemas ou meios eletrônicos compatíveis com os dos órgãos ou entidades executivos de trânsito, a expensas dos credores. A veracidade das informações para a inclusão e liberação do gravame é de responsabilidade dos credores, inexistindo aos órgãos ou entidades executivos de trânsito (DETRANs) obrigações sobre a imposição de quaisquer exigências legais aos usuários, referentes aos contratos com cláusula de garantia real de veículos, conforme o artigo 8º da referida Resolução 159.

Após o cumprimento das obrigações por parte do devedor, o credor beneficiário da alienação fiduciária do veículo deve providenciar, eletronicamente, a informação da baixa do gravame perante o DETRAN competente.

Sistema Nacional de Gravames - SNG

A já referida Resolução nº 159/04, do CONTRAN, também criou o Sistema Nacional de Gravames – SNG, o qual já foi implantado na maioria absoluta dos Estados brasileiros e no Distrito Federal.

A implantação do SNG possibilitou o controle e o gerenciamento eletrônico das restrições financeiras sobre veículos, permitindo a conexão entre os diversos DETRANS e os agentes financeiros, consideradas assim as instituições financeiras e demais empresas credoras conveniadas que atuam como financiadoras para aquisição de veículos, reservando para si o direito sobre o veículo dado em garantia.

Dessa forma, o SNG propiciou a desburocratização dos antigos mecanismos de inserção e baixa de gravames, antes realizados mediante manuseio de documentos e papéis, mais suscetíveis de fraudes.

Para fins de anotação do gravame no campo de observações do Certificado de Registro de Veículo – CRV, as instituições financeiras e demais empresas credoras conveniadas devem, obrigatoriamente, utilizar o SNG.

Funcionamento do SNG

As comunicações realizadas entre a credora conveniada, o SNG e os Detrans ocorrem em tempo real. Ao ser consultado por uma credora, o SNG efetua automaticamente uma busca eletrônica no banco de dados (i) dos Detrans conveniados, (ii) da Base de Informações Nacionais de Roubos e Furtos - BINFABRIL, (iii) do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e (iv) do Registro Nacional de Seguros – RNS. Em seguida, informa à conveniada a situação do veículo consultado no que concerne a gravames. Caso o veículo não apresente nenhuma reserva de gravame, o SNG solicita as informações necessárias à reserva do respectivo gravame em favor da solicitante. Caso exista restrição de qualquer

natureza, o sistema informa ao agente financeiro da impossibilidade de realizar o registro do gravame, impedindo, dessa forma, a concessão do financiamento ou a aceitação da garantia pela credora.

Efeitos da Quitação Integral e do Inadimplemento do Empréstimo ou Financiamento

A principal consequência da quitação integral do empréstimo ou financiamento é a extinção da propriedade resolúvel do credor sobre o bem, que retorna à propriedade do devedor (ou garantidor).

No caso de inadimplemento, tendo em vista que os Direitos Creditórios são originários de operações no âmbito do mercado financeiro, os procedimentos adotados pelo credor para cobrança dos créditos seguem o disposto no Decreto-lei nº 911/69.

O referido Decreto-lei dispõe que, no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver.

Para viabilização da referida venda do bem alienado fiduciariamente, uma vez comprovada a mora, o credor pode requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem, a qual é concedida liminarmente. No prazo de 5 dias após executada a medida liminar de busca e apreensão do bem, a propriedade do bem é consolidada no patrimônio do credor, cabendo aos órgãos executivos de trânsito expedir novo certificado de registro de registro do veículo em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.

Nesse prazo de 5 dias, o devedor pode pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. No prazo de 15 dias do cumprimento da liminar, o devedor pode apresentar resposta impugnando o valor cobrado pelo credor, mesmo que tenha purgado a mora (ou seja, pagar a integralidade da dívida vencida). Caso venha a ser decretada a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz pode condenar o credor ao pagamento de multa em

favor do devedor, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, caso o bem já haja sido alienado.

Caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do devedor, o credor pode requerer a conversão do pedido de busca e apreensão. A critério do credor, pode-se proceder à execução diretamente, hipótese em que poderão ser penhorados tantos bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução.

Já em caso de falência do devedor que seja pessoa jurídica, fica assegurado ao credor o direito de pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente, uma vez que o bem não integra o patrimônio do devedor.

Cessão da Garantia

A cessão dos Direitos Creditórios também implica a cessão da propriedade resolúvel sobre o bem alienado fiduciariamente, por força de disposições legais e regulamentares expressas (artigo 287 do Código Civil, Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, combinada com a Resolução nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, ambas do CMN).

Com relação aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, a Cedente permanecerá, formalmente, como titular das garantias de alienação fiduciária de veículos, na qualidade de mandatária e representante do Fundo, obrigando-se a (i) promover a execução dessas garantias sempre que ela se tornar necessária para a satisfação do Direito Creditório inadimplente; e (ii) entregar ao Fundo o produto obtido com essa execução. A Administradora poderá tomar e exigir da Omni que esta tome todas as medidas necessárias à formalização da transferência das referidas garantias ao Fundo se descumprir a obrigação de executá-las e entregar ao Fundo o produto obtido com essa execução.

Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender aos seguintes Critérios de Elegibilidade, na data de sua respectiva aquisição:

- i) não possuírem data de vencimento posterior à data de encerramento da última Série de Cotas Seniores emitida;

- ii) não se encontrar o Devedor do respectivo Direito Creditório inadimplente no cumprimento de suas obrigações perante o Fundo;
- iii) no momento da aquisição pelo Fundo, considerados *pro forma* inclusive os Direitos Creditórios a serem adquiridos, o total de Direitos Creditórios do Fundo contra um mesmo Devedor não pode ser superior ao maior dos seguintes valores: (a) R\$250.000,00; ou (b) o equivalente a 0,5% do patrimônio líquido do Fundo; e
- iv) os Direitos Creditórios decorrentes de um mesmo Contrato de Financiamento ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia devem ser sempre parcelas mensais e consecutivas do respectivo contrato.

A verificação quanto ao atendimento dos Critérios de Elegibilidade será feita pelo Custodiante, nos termos do Regulamento e da legislação em vigor. O não atendimento superveniente, por qualquer motivo, pelo Direito Creditório, de qualquer Critério de Elegibilidade não obrigará a sua alienação pelo Fundo nem dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra a Cedente ou a Administradora.

Condições Adicionais dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios passíveis de aquisição devem atender às seguintes Condições Adicionais na data de sua aquisição pelo Fundo:

- i) serem oriundos de operações de financiamento e/ou concessão de crédito realizadas entre a Omni e seus clientes, garantidas por alienação fiduciária de veículo, remuneradas com base em taxas de juros prefixadas, sendo que os Devedores (a) devem ter sido submetidos à avaliação de crédito da Omni; (b) devem ter cadastro na Cedente; e (c) não apresentaram contra si, na data de concessão do empréstimo ou financiamento, nenhum pedido de falência, insolvência ou recuperação, judicial ou extrajudicial;
- ii) serem os Direitos Creditórios enquadrados na política de concessão de crédito da Omni;
- iii) estarem os Direitos Creditórios devidamente representados por carnês bancários de pagamento;

- iv) estarem os Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- v) não haver qualquer parcela do respectivo Contrato de Financiamento ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia devida e ainda não paga;
- vi) os veículos alienados fiduciariamente em razão dos Contratos de Financiamento e Contratos de Crédito Pessoal com Garantia devem possuir documentação hábil (Certificado de Registro de Veículo – CRV);
- vii) os veículos alienados fiduciariamente em razão dos Contratos de Financiamento e Contratos de Crédito Pessoal com Garantia não podem apresentar data de fabricação superior a: (a) 15 anos, nos casos de Motocicletas; (b) 30 anos, nos casos de Veículos Leves; e (c) 35 anos, nos casos de Veículos Pesados;
- viii) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo não decorrem de renegociações havidas entre a Cedente e o respectivo Devedor, e não são e nem foram objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza, incluindo qualquer questionamento referente à legitimidade de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação; e
- ix) a cessão de parcelas subsequentes de Direitos Creditórios de determinado Contrato de Financiamento ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia somente será efetuada se houver a prévia e efetiva cessão das parcelas cronologicamente antecedentes e a vencer do respectivo contrato, se houver.

A verificação quanto ao atendimento das Condições Adicionais será feita pela Omni, a qual confirmará tal atendimento à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.

Taxa de Desconto

O Fundo, em cada aquisição de Direitos Creditórios, pagará à Cedente o Preço de Aquisição, que será equivalente ao valor de face dos Direitos Creditórios deduzido da Taxa de Desconto, que deverá ser, no mínimo, a maior entre as seguintes:

- i) taxa de desconto equivalente a 87,5% (oitenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) da taxa de juros prefixada, na forma anual, do respectivo Contrato de Financiamento e/ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia, a ser aplicada pelo número de dias entre a Data de Aquisição e Pagamento (ou seja, a data em que será considerada realizada a cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, conforme descrito no Contrato de Cessão) e o vencimento de cada uma das parcelas do respectivo Contrato de Financiamento e/ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia; ou
- ii) o percentual resultante da seguinte fórmula:

$$TMDe = \left\{ \left[S \times TaxaDI \times \left(\frac{\sum VCS}{PL} \right) \right] + Y \right\}$$

Onde:

<i>TMDe</i>	= Taxa Mínima de Desconto, na forma anual;
<i>S</i>	= Sobretaxa, entendida esta como a apuração do valor médio dos Fatores Multiplicadores de cada Série, ponderados pela participação patrimonial proporcional de cada Série no Fundo;
<i>TaxaDI</i>	= Taxa DI apurada no dia útil anterior à cessão e calculada em base anual;
$\sum VCS$	= Somatório do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação no dia da cessão;
<i>PL</i>	= patrimônio líquido do Cessionário na data da respectiva cessão; e
<i>Y</i>	= percentual fixo, sendo Y igual a 30% (trinta por cento).

A taxa acima fixada está dentro dos parâmetros atuais de mercado. Por conta desse fato, tanto a Cedente como a Instituição Administradora declaram que as cessões para o

Fundo serão realizadas a taxa de mercado.

Características dos Direitos Creditórios

Natureza

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são originados de Financiamentos concedidos pela Omni a pessoas físicas ou jurídicas, representados por contratos de empréstimo, instrumentos particulares ou cédulas de crédito bancário, aditivos, títulos de crédito e instrumentos de garantia.

Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são sempre lastreados por:

- i) contratos de financiamento de: (a) Motocicletas; (b) Veículos Leves; e (c) Veículos Pesados; e
- ii) contratos de crédito pessoal cuja garantia consiste na alienação fiduciária de Motocicletas, Veículos Leves ou Veículos Pesados.

Processo de Origem

A Cedente tem contrato com os Correspondentes, que atuam no processo de originação de Direitos Creditórios. Os Correspondentes são responsáveis, dentre outras, pelas seguintes atividades: (i) captação de clientes; (ii) avaliação do perfil de cada cliente, para fins de concessão de crédito e respectivas condições, conforme as diretrizes e alçadas de concessão de crédito estabelecidas pela Omni; (iii) elaboração do cadastro dos clientes e formalização de instrumentos; e (iv) realização de determinados procedimentos específicos de cobrança, ou auxílio ao Agente de Cobrança na realização de tais tarefas.

Documentos Comprobatórios da Operação

São os instrumentos particulares ou cédulas de crédito bancário, aditivos, títulos de crédito e instrumentos de garantia a eles vinculados, todos emitidos, preenchidos e assinados, cópias dos documentos de identificação dos Devedores e dos veículos dados em garantia e demais documentos originais e comprobatórios dos Direitos Creditórios, denominados neste Prospecto como Documentos Comprobatórios.

Política de Concessão de Crédito a Pessoas Físicas e Jurídicas

Para a concessão dos financiamentos ou empréstimos, a Omni adota uma política de concessão de crédito, que é baseada nos critérios e condições abaixo.

Para fins da definição do limite de crédito a ser concedido, são examinadas determinadas informações e documentos relativos aos Devedores, incluindo mas não se limitando a:

- i) ficha cadastral completa e assinada;
- ii) cédula de Identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF”);
- iii) comprovante de renda (holerite, registro de pagamento de autônomo ou outros indicativos de renda);
- iv) comprovante de residência;
- v) laudo de vistoria do veículo emitido pelo agente correspondente da Omni, nas hipóteses em que tal vistoria se faça necessária em razão das peculiaridades do veículo;
- vi) cópia do certificado de registro de veículo (“CRV”);
- vii) apontamentos nos serviços de proteção ao crédito (Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito – SPC); e
- viii) comprovante de propriedade do veículo (exclusivamente para os casos de Contrato de Crédito Pessoal com Garantia).

Após serem analisados os dados acima, é verificado o valor a ser financiado, o qual deve ser:

- i) no máximo de R\$15.000,00, nos casos de Motocicletas;

- ii) no máximo de R\$50.000,00, nos casos de Veículos Leves; e
- iii) no máximo de R\$100.000,00, nos casos de Veículos Pesados.

Em caráter complementar verifica-se:

- i) tempo mínimo de 6 meses de ocupação do mesmo imóvel, nos casos de o cliente residir ou possuir sede, conforme o caso, em imóvel alugado;
- ii) tempo mínimo de 6 meses ininterruptos no mesmo emprego ou atividade, tratando-se de pessoa física;
- iii) financiamento máximo de 95% sobre o valor do bem dado em garantia, nos Contratos de Financiamento; e
- iv) concessão de crédito máximo de 85% sobre o valor do bem dado em garantia, nos Contratos de Crédito Pessoal com Garantia.

O valor total financiado a um mesmo cliente, assim considerado com base no número de inscrição no cadastro do Ministério da Fazenda (CNPJ ou CPF), nunca pode ser superior a R\$250.000,00.

Cobrança dos Direitos Creditórios

A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pela Omni. As etapas e mecanismos da cobrança são a seguir descritas.

Os valores devidos pelos Devedores em razão dos Direitos Creditórios são pagos por meio de carnês de pagamento em prestações ou boletos de pagamento, emitidos pela Cedente e pagáveis em qualquer instituição financeira participante do sistema de compensação nacional. Os boletos representam exclusivamente os casos de Direitos Creditórios em atraso ou pagos antecipadamente. A Cedente contratou como agente de recebimento, para prestação dos serviços de cobrança escritural dos carnês e boletos de pagamento de titularidade do Fundo, o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com

sede na Cidade de Deus, município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12.

A Cedente deverá adotar, em nome do Fundo, as medidas de cobrança necessárias em relação aos Devedores inadimplentes, de acordo com a descrição abaixo e o previsto no Contrato de Cessão.

Para a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplentes, os seguintes procedimentos devem ser adotados:

- i) nos primeiros 7 dias após o vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, a Omni iniciará a cobrança por telefone;
- ii) caso o procedimento indicado no item anterior não produza efeito, a Cedente enviará, até o 30º dia, uma carta de cobrança ao cliente inadimplente;
- iii) caso os procedimentos indicados nos itens acima não produzam efeitos até o 40º dia, a Cedente efetuará os apontamentos necessários em órgãos de proteção ao crédito, conforme julgar conveniente; e
- iv) caso os procedimentos indicados nos itens acima não produzam efeitos até o 70º dia, a Cedente notificará os respectivos Devedores inadimplentes.

Esgotados sem sucesso todos os procedimentos para a cobrança extrajudicial dos Devedores inadimplentes, a Omni deve proceder à cobrança judicial, podendo contratar terceiros para a realização de tal serviço.

Caso os créditos inadimplidos sejam recuperados, a Cedente deve reabilitar o cliente inadimplente perante o Cartório de Protesto e órgãos de proteção ao crédito.

Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios dos Devedores inadimplentes, bem como de qualquer medida objetivando a salvaguarda e cobrança dos direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e de outros profissionais de cobrança especializados e quaisquer outros

encargos relacionados com os procedimentos de cobrança a que se refere este item serão suportadas pela Cedente.

O Custodiante poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios ou a cobrança extrajudicial dos Devedores inadimplentes, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço, desde que com prévia anuência da Administradora. Nesse caso, porém, as eventuais despesas serão suportadas pelo Fundo.

Perfil da Carteira de Direitos Creditórios da Omni

No contexto da presente operação de securitização, a KPMG foi contratada para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de créditos da Omni quanto ao seu perfil e inadimplência, para as operações originadas no período de 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2007, bem como o entendimento do sistema de concessão e cobrança relacionado a estas operações. A íntegra do relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios da Omni integra o presente Prospecto como seu Anexo III.

O trabalho desenvolvido pela KPMG teve por objeto:

- i) confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e a performance da carteira de recebíveis, para um período histórico de 36 meses;
- ii) levantar e obter entendimento dos fluxos de originação e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas pela Omni dos recebíveis, com base em testes por amostragem;
- iii) obter um mapeamento dos procedimentos e controles relacionados à guarda física da documentação representativa dos Direitos Creditórios; e
- iv) identificar os pontos de controle e testar sua eficiência por meio de procedimentos de simulação.

Faz-se necessário enfatizar, também, que o trabalho não representou uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso outros procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria tivessem sido executados, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Os trabalhos foram executados no período de 15 de março a 17 de maio de 2007 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 28 de fevereiro de 2007 e no sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis em 12 de março de 2007. Conforme acordado, não foi requerida a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data do relatório, nem existe a obrigação de atualizar este relatório.

Características Relevantes dos Direitos Creditórios

A KPMG, em seu relatório, reuniu informações estatísticas sobre Direitos Creditórios de mesma natureza daqueles que compõem a carteira do Fundo, originados no período entre 1º de março de 2004 e 28 de fevereiro de 2007. Seguem abaixo informações resumidas e consolidadas relativas a inadimplementos, perdas, pré-pagamentos, prazos de vencimento, taxas de juros e parcelamento dos contratos que deram origem aos Direitos Creditórios avaliados.

Recomenda-se aos investidores que, antes de tomar a decisão de adquirir Cotas, analisem atentamente o relatório da KPMG que consta do Anexo III deste Prospecto, no qual há descrição detalhada da carteira de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo. Ressalte-se, porém, que, nos termos do escopo dos trabalhos conduzidos pela KPMG, as informações constantes do Anexo III deste Prospecto e reproduzidas em formato resumido abaixo são de natureza meramente estatística, e nada garante que a carteira de Direitos Creditórios efetivamente adquirida pelo Fundo tenha desempenho semelhante.

Inadimplementos, perdas e pré-pagamentos

Nos termos do relatório da KPMG, seguem abaixo informações resumidas e consolidadas relativas a inadimplementos, perdas e pré-pagamentos dos Direitos Creditórios avaliados:

Indicadores de Desempenho – Aging List

FAIXAS	R\$ (EM MILHARES DE REAIS)	%	% (ACUMULADA)
TOTAL SOB ANÁLISE	1.862.312	-	-
(-) PARCELAS CANCELADAS	13.989	-	-
(-) DESCONTO	28.960	-	-
(+) MULTA	(63.900)	-	-
(-) A VENCER EM 28 DE FEVEREIRO DE 2007	852.993	-	-
 PARCELAS VENCIDAS ATÉ 28 DE FEVEREIRO DE 2007	 1.030.270	 -	 -
 PARCELAS ANTECIPADAS DE MAIS DE 180 ATÉ 1 DIA	 191.360	 18,6%	 18,6%
 PARCELAS LIQUIDADAS NO VENCIMENTO	 38.136	 3,7%	 22,3%
 PARCELAS LIQUIDADAS COM ATRASO DE 1 A MAIS DE 180 DIAS	 685.180	 66,5%	 88,8%
 PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS COM ATRASO DE 1 A MAIS DE 180 DIAS	 115.594	 11,2%	 100%

Os dados que constam na tabela acima foram elaborados pela KPMG com base em banco de dados da Cedente contendo informações analíticas (do tipo parcela a parcela) sobre Direitos Creditórios de mesma natureza daqueles que serão cedidos ao Fundo, e reflete os volumes de parcelas antecipadas, os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como, os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, para o consolidado dos 36 meses sob análise.

Em sua análise, a KPMG confrontou a data de vencimento com a data de efetivo pagamento de cada uma das parcelas, tendo como data-base 28 de fevereiro de 2007.

Prazos de vencimento dos Direitos Creditórios e período de amortização e taxa de juros

Em suas considerações sobre o prazo de vencimento dos Contratos de Financiamento e Contratos de Crédito Pessoal com Garantia que deram origem aos Direitos

Creditórios, a KPMG analisou 197.840 contratos, cuja quantidade de parcelas variava, em cálculo consolidado, entre, no mínimo, 3 parcelas mensais e, no máximo, 48 parcelas mensais, perfazendo o prazo médio ponderado de 30 meses.

Os juros incidentes sobre o crédito concedido a Devedores, nos termos dos Contratos de Financiamento e dos Contratos de Crédito Pessoal com Garantia, são compostos e pré-fixados, aplicando-se a tabela *Price* para possibilitar a cobrança de parcelas fixas dos Devedores. Segue abaixo tabela com dados relativos à média de juros de cada espécie de contrato extraídos do relatório da KPMG, tendo como data base o mês de fevereiro de 2007:

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO	Taxa Média de Juros
MOTOS	3,31%
VEÍCULOS LEVES	3,93%
VEÍCULOS PESADOS	4,61%
 CONTRATOS DE CRÉDITO PESSOAL COM GARANTIA	
MOTOS	4,66%
VEÍCULOS LEVES	3,76%
VEÍCULOS PESADOS	4,59%

Segue abaixo tabela disponibilizada pela Cedente, contemplando os volumes de parcelas antecipadas, os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como, os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas de Direitos Creditórios de mesma natureza daqueles que podem ser cedidos ao Fundo, analisados pelo período compreendido entre 01 de janeiro de 2005 à 31 de janeiro de 2008.

Tais informações basearam-se na carteira de recebíveis e no sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis.

FAIXAS	R\$	%	% (ACUMULADA)
TOTAL SOB ANALISE	2.439.4732.718,15		
PARCELAS A VENCER EM 31 DE JANEIRO DE 2008	1.232.173.717,93		

PARCELAS VENCIDAS E/OU LIQUIDADAS ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2008	1.207.299.000,22	100,00%	
ACIMA 180	30.868.640,49	2,56%	2,56%
151 A 180	6.470.745,69	0,54%	3,09%
121 A 150	7.800.773,44	0,65%	3,74%
91 A 120	9.421.752,96	0,78%	4,52%
61 A 90	11.735.726,68	0,97%	5,49%
31 A 60	17.131.282,20	1,42%	6,91%
16 A 30	19.807.458,36	1,64%	8,55%
1 A 15	208.949.959,92	17,31%	25,86%
EM DIA	148.533.631,15	12,30%	38,16%
PARCELAS LIQUIDADAS DE 1 A 15 DIAS DE ATRASO	261.924.669,29	21,70%	59,86%
PARCELAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DIAS DE ATRASO	133.233.389,10	11,04%	70,89%
PARCELAS LIQUIDADAS DE 31 A 60 DIAS DE ATRASO	136.069.412,72	11,27%	82,16%
PARCELAS LIQUIDADAS DE 61 A 90 DIAS DE ATRASO	47.259.161,63	3,91%	86,08%
PARCELAS LIQUIDADAS DE 91 A 120 DIAS DE ATRASO	17.971.332,87	1,49%	87,57%
PARCELAS LIQUIDADAS DE 121 A 150 DIAS DE ATRASO	9.319.806,74	0,77%	88,34%
PARCELAS LIQUIDADAS DE 151 A 180 DIAS DE ATRASO	6.136.853,30	0,51%	88,85%
PARCELAS LIQUIDADAS ACIMA DE 180 DIAS DE ATRASO	19.970.836,45	1,65%	90,50%
PARCELAS VENCIDAS ATÉ 15 DIAS	12.961.935,86	1,07%	91,57%
PARCELAS VENCIDAS DE 16 A 30	8.467.091,06	0,70%	92,27%
PARCELAS VENCIDAS DE 31 A 60	11.114.050,57	0,92%	93,20%
PARCELAS VENCIDAS DE 61 A 90	8.054.358,75	0,67%	93,86%
PARCELAS VENCIDAS DE 91 A 120	6.537.845,59	0,54%	94,40%

PARCELAS VENCIDAS DE 121 A 150	5.990.808,21	0,50%	94,90%
PARCELAS VENCIDAS DE 151 A 180	5.367.648,65	0,44%	95,34%
PARCELAS VENCIDAS DE ACIMA DE 180	56.199.828,54	4,66%	100,00%

Dados estatísticos sobre os Direitos Creditórios da carteira do Fundo – atrasos e pagamentos

Seguem abaixo dados estatísticos referentes à carteira do Fundo, incluindo (i) valor total dos Direitos Creditórios, (ii) porcentagem dos Direitos Creditórios em atraso, (iii) porcentagem dos atrasos por período e (iv) Patrimônio Líquido total do Fundo.

Data	Total de Direitos Creditórios (*)	Direitos Creditórios em atraso	Atrasos de 01 até 30 dias	Atrasos de 31 até 60 dias	Atrasos de 61 até 90 dias	Atrasos acima de 90 dias	PL Total (R\$)
31/7/2007	41.018.431,27	1,06%	100%	0,00%	0,00%	0,00%	41.574.955,04
30/8/2007	77.573.022,32	1,18%	92%	7,62%	0,00%	0,00%	78.552.432,51
28/9/2007	91.467.499,08	1,37%	84%	13,89%	1,90%	0,00%	92.329.330,45
31/10/2007	94.428.823,69	1,90%	78%	17,33%	3,81%	0,86%	95.404.014,99
29/11/2007	122.347.405,91	2,15%	69%	21,36%	6,49%	2,68%	124.749.952,88
31/12/2007	128.161.502,18	2,80%	65%	21,00%	8,61%	5,67%	124.975.991,66
31/1/2008	206.528.604,64	1,97%	57%	21,31%	10,88%	11,03%	202.405.487,72

Fonte: Instituição Administradora

(*)Valor contábil antes da Provisão para Devedores Duvidosos

Nota-se, na tabela acima, que o percentual de atraso (“Direitos Creditórios em atraso”) não ultrapassa 3% do valor total de recebíveis, e que a maioria das parcelas em atraso não ultrapassa 30 (trinta) dias, sendo que o inadimplemento por período superior a 90 (noventa) dias esteve sempre inferior a 12% (doze por cento) do volume total de Direitos Creditórios em atraso.

Ressalte-se que os percentuais demonstrados nas colunas “Atrasos de (...)” se referem a percentuais da respectiva faixa de atraso com relação ao valor total de Direitos Creditórios em atraso (“Direitos Creditórios em atraso”).

A tabela contendo os dados estatísticos completos sobre a carteira do Fundo fornecidos pela Instituição Administradora encontra-se disponível para análise no Anexo X a este Prospecto.

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

As cotas do Fundo são da Classe Sênior ou da Classe Subordinada e correspondem a frações ideais de seu patrimônio, observadas as características específicas de cada classe e Série de Cotas. As Cotas do Fundo somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembléia Geral. Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As cotas do Fundo serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

É admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das cotas do Fundo.

Primeira Série

No curso da 1ª Distribuição o Fundo ofertou 4.000 Cotas Seniores da Primeira Série, no valor de R\$25.000,00 cada na Data de Subscrição Inicial, perfazendo o montante de R\$100.000.000,00, todas já integralmente subscritas e integralizadas.

As Cotas Seniores da Primeira Série terão prazo de 48 meses. Tendo em vista que a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da Primeira Série foi 12 de julho de 2007, a partir de 12 de fevereiro de 2009, inclusive, desde que o Fundo disponha de recursos, as Cotas Seniores da Primeira Série serão amortizadas em 30 pagamentos mensais.

As Cotas Seniores da Primeira Série tiveram sua emissão deliberada nos termos do Suplemento assinado pela Administradora em 11 de junho de 2007, registrado sob o nº 731.934 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, o qual se encontra no Anexo VIII deste Prospecto.

Cotas Seniores da Primeira Série em circulação em 31 de janeiro de 2008

Em 31 de janeiro de 2008 o Fundo contava com 4.000 Cotas Seniores da Primeira Série em Circulação, no valor unitário de R\$26.632,05474750, perfazendo o montante total de R\$ 106.528.218,99.

Segunda Série

Serão emitidas no mínimo 1.000 e no máximo 8.000 Cotas Seniores da Segunda Série, no valor de R\$25.000,00 cada na Data de Subscrição Inicial.

As Cotas Seniores da Segunda Série terão prazo de 48 meses. A partir do 19º mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial e contanto que o Fundo disponha de recursos, as Cotas Seniores da Segunda Série serão amortizadas em 30 pagamentos mensais, conforme os parâmetros descrito neste Prospecto, no capítulo “Amortização de Cotas”.

As Cotas Seniores da Segunda Série tiveram sua emissão deliberada nos termos do Suplemento assinado pela Administradora em 18 de fevereiro de 2008, registrado sob o nº 712156 no 5º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, o qual se encontra no Anexo IX deste Prospecto.

Novas Emissões

O Fundo poderá distribuir suas cotas em uma ou mais distribuições, até o limite máximo de R\$500.000.000,00 em Cotas Seniores (apurado pela soma do valor das Cotas Seniores objeto de distribuição nas respectivas Datas de Subscrição Inicial), de uma ou mais Séries, e número indeterminado de Cotas Subordinadas, de série única. Fica a critério da Administradora a deliberação relativa a emissões e conseqüentes distribuições de Cotas Seniores de qualquer Série, desde que:

- i) seja observada a Relação Mínima, na Data de Subscrição Inicial da respectiva Série de cotas;
- ii) em caso de emissão de novas Séries, seja emitido parecer pela agência classificadora de risco contratada, o qual deverá ser requerido pela Administradora,

atestando que a nova emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores das Séries já emitidas; e

- iii) a Cedente manifeste seu interesse em aumentar o volume das cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, na proporção das novas cotas a serem emitidas.

Cada deliberação de emissão de qualquer nova Série de Cotas Seniores deverá ser registrada em Suplemento ao Regulamento, devendo ser especificados os valores e datas das Amortizações Programadas e/ou das amortizações integrais e o Fator Multiplicador da respectiva Série de Cotas Seniores.

Classes de Cotas

Cotas Seniores

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. As Cotas Seniores poderão ser emitidas em diversas Séries.

Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas serão emitidas em série única e somente poderão ser subscritas pela Cedente.

Relação Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores

A Relação Mínima, entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, é de 117,1%. Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e disponibilizada aos cotistas, diariamente, na página da Administradora na internet.

Na hipótese de inobservância da Relação Mínima, a Administradora deverá comunicar imediatamente a Cedente sobre tal fato, por meio de um Aviso de

Desenquadramento. A Cedente poderá exercer a faculdade de, em até 2 dias úteis contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Relação Mínima, o qual será definido e informado pela Administradora. Nesse caso, a Cedente não tem qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão-somente a faculdade de fazê-lo.

Até o restabelecimento da Relação Mínima, nos termos previstos acima, o Fundo não poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Valorização das Cotas do Fundo

As cotas do Fundo, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme o disposto neste item. A valorização das cotas ocorrerá a partir do dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, e a última valorização ocorrerá na data de resgate das cotas.

A valorização da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para todas as Séries, a título de valorização relativa ao dia útil imediatamente anterior, o valor apurado posteriormente à aplicação da fórmula descrita no Anexo VIII do Regulamento (e abaixo transcrita), no respectivo período; e
- ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores de todas as Séries, o eventual excedente decorrente da avaliação da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A fórmula de cálculo do valor das Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro as taxas médias diárias do DI de um dia, e é transcrita abaixo. O Fator Multiplicador aplicável a cada Série de Cotas Seniores consta do Suplemento da Série respectiva. No caso da Primeira Série de Cotas Seniores, o Fator Multiplicador é 108%. No caso da Segunda Série de Cotas Seniores, objeto da presente oferta, o Fator Multiplicador é 112%.

O cálculo do valor de cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times FatorDI)$$

onde:

Re = valor apurado de cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = taxa DI Over com uso do Fator Multiplicador, calculado desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = (TDI \times FM)$$

onde:

TDI = Taxa DI Over, expressa ao dia, divulgada pela CETIP;
e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, a ser determinado no Suplemento da Série respectiva.

Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para valorização imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para a valorização correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Cota Sênior da respectiva Série no prazo definido pela

Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na Data de Subscrição Inicial da respectiva Série de Cotas Seniores, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da valorização prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, substituirá a Taxa DI pela Taxa média diária do SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor das Cotas previsto no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização.

O previsto neste capítulo não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na valorização da carteira do Fundo, bem como critérios de valorização entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

O previsto neste capítulo não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização das Cotas Seniores

Observado o período de carência da Série respectiva, as Cotas Seniores serão amortizadas em parcelas mensais e sucessivas (“Amortizações Programadas”) correspondentes a:

$$PMT_{ij} = \left(\frac{1}{T_i - (M_{i,j} - 1)} \right) * VQSn_{i,j}$$

Sendo que:

- i) i – ordinal da Série sênior ($i=1,2,3,\dots$);
- ii) j – ordinal da amortização ($j=1,2,3,\dots$);
- iii) T_i é o prazo de duração da Série de Cotas Seniores i , em meses, contado da respectiva Data de Subscrição Inicial até a data prevista no respectivo Suplemento para a última amortização de Cotas Seniores da respectiva Série;
- iv) $PMT_{i,j}$ – é o valor da amortização de ordem j de cada Cota Sênior da Série de ordem i a ser paga sempre no último dia útil do mês;
- v) $M_{i,j}$ é o número de ordem do mês (após o início da distribuição pública das Cotas Seniores) em que ocorrer a amortização de ordem j da Série de ordem i , assim, exemplificativamente, caso a primeira integralização de Cotas Seniores de determinada Série ocorrer no mês de junho de determinado ano, $M_{i,j}$ será igual a 1 no mês de julho do mesmo ano, desde que não haja carência para a Série respectiva; e

- vi) $VQS_{ni,j}$ é o valor unitário da abertura da cota sênior da Série de ordem i na data de amortização de ordem j , calculado na forma do Regulamento.

Nas amortizações, será utilizado o valor da cota em vigor no dia do respectivo pagamento (calculado conforme os itens 12.2 e 16.5 do Regulamento e a seção “Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe” deste Prospecto), sendo o valor da cota reduzido na medida do valor amortizado.

Amortização das Cotas Seniores da Segunda Série

As Cotas Seniores da Segunda Série, especificamente, terão prazo de 48 meses e serão amortizadas em 30 pagamentos a partir do 19º mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial e contanto que o Fundo disponha de recursos.

Assim, os parâmetros para as Amortizações Programadas das Cotas Seniores da Segunda Série serão os seguintes, para fins da fórmula de amortização descrita acima:

- i) Datas de Amortização = sempre no mesmo dia do mês em que houver ocorrido a Data da Subscrição Inicial;
- ii) $i = 1$;
- iii) $T_i = 48$; e
- iv) J e $M_{i,j}$:

J	$M_{i,j}$
1	19
2	20
3	21
4	22
5	23
6	24
7	25
8	26
9	27

10	28
11	29
12	30
13	31
14	32
15	33
16	34
17	35
18	36
19	37
20	38
21	39
22	40
23	41
24	42
25	43
26	44
27	45
28	46
29	47
30	48

Amortização das Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após, respectivamente, a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores, ressalvadas as amortizações extraordinárias das Cotas Subordinadas descritas abaixo.

Desde que obedecidas as demais condições indicadas abaixo, as Cotas Subordinadas serão amortizadas extraordinariamente, quando, cumulativamente, (i) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores exceder a 123,46%; e (ii) a totalidade dos titulares de Cotas Subordinadas apresentar à Administradora solicitação por escrito de amortização.

O valor de cada amortização extraordinária será especificado na solicitação de amortização apresentada pelos titulares de Cotas Subordinadas, devendo ser observado que,

após a respectiva amortização, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores não poderá ser inferior a 123,46% na data da respectiva amortização.

As amortizações de Cotas Subordinadas somente poderão ocorrer após a verificação, pela Administradora, (i) da observância do Índice de Liquidez; (ii) da constituição de provisões; (iii) do desembolso das pertinentes despesas do Fundo previsto no Regulamento; (iv) da ausência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; (v) da apresentação de solicitação de amortização pelos titulares das Cotas Subordinadas, especificando o valor pretendido de amortização; e (vi) da observância do disposto no parágrafo anterior.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembleia Geral.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ

O Fundo deverá observar um Índice de Liquidez a partir de 30 dias antes de qualquer Amortização Programada e até a respectiva data de ocorrência, de modo que detenha, de acordo com os parâmetros abaixo descritos, Disponibilidades e Direitos Creditórios vencendo a partir da data de verificação e até 5 dias úteis antes de qualquer Amortização Programada, em quantidade no mínimo suficiente para fazer frente à Amortização Programada em questão, conforme a fórmula abaixo:

$$IL = \frac{D_n + \frac{2}{3} DC_n}{AP}$$

onde

IL = Índice de Liquidez, sendo

$$IL \geq 1;$$

AP = somatório da quantia a ser paga pelo Fundo em todas as Amortizações Programadas que ocorrerão nos 30 dias seguintes à data de cálculo do IL , utilizando-se para fins deste cálculo a última Taxa DI disponível até a data da Amortização Programada;

D_n = Quantia mínima a ser mantida pelo Fundo em Disponibilidades para atender ao Índice de Liquidez para a Amortização Programada de ordem n , sendo

$$D_n \geq \frac{AP}{2}$$

DC_n = Direitos Creditórios vencendo a partir da data de cálculo do Índice de Liquidez e até 5 dias úteis antes da Amortização Programada de ordem n , a serem mantidos pelo Fundo para atender ao Índice de Liquidez para a referida Amortização Programada de ordem n .

A observância do Índice de Liquidez não constitui promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para o pagamento aos cotistas do Fundo dos valores relativos às Amortizações Programadas.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

A Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas do Fundo e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) na destinação de recursos para aquisição de Outros Ativos com vistas à observância do Índice de Liquidez;
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
- iv) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

As cotas de cada Série ou classe serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva data inicial a ser determinada pela Administradora, a denominada Data de Subscrição Inicial. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial: (i) caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Administradora até às 16:00hs, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; ou (ii) caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Administradora após as 16:00hs, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série no dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos.

Por ocasião da subscrição de Cotas do Fundo, o cotista deverá assinar boletim de subscrição, bem como atestar por escrito que aderiu aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado, se for o caso. No ato de subscrição, o investidor deverá indicar representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada cotista informar ao Custodiante e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$25.000,00.

A integralização, a amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados:

- i) por meio de ordem de pagamento, débito e crédito em conta de investimento, documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou
- ii) em Direitos Creditórios, nos casos abaixo especificados.

Nos casos de integralização das cotas em Direitos Creditórios o valor de tais direitos será calculado (com deságio sobre seu valor de face) com base nos critérios de apreçamento previstos no Contrato de Cessão. Somente as Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas com Direitos Creditórios.

Para os casos de resgate ou amortização mediante entrega de Direitos Creditórios, o valor destes será calculado com base nos respectivos valores contabilizados na carteira do Fundo.

Com relação ao resgate, as Cotas Seniores, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios.

As Cotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate de todas as Cotas Seniores, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

No caso de amortização de Cotas Subordinadas ficará a critério da Administradora efetuar-la (i) em dinheiro (observado o Índice de Liquidez), ou (ii) mediante entrega de Direitos Creditórios.

As Cotas Seniores serão registradas, para negociação secundária, no SFF, podendo tal recinto de negociação ser alterado na forma da regulamentação pertinente, cabendo à Administradora e aos eventuais intermediários assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Administradora recebe, pelos serviços de administração do Fundo, uma Taxa de Administração de 0,10% ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left(X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

X = percentual anual fixo, sendo X igual a 0,10%; e

$PL_{(D-1)}$ = patrimônio líquido do Fundo no dia útil anterior.

A Taxa de Administração é provisionada diariamente e paga mensalmente, até o último dia útil de cada mês, devida a primeira Taxa de Administração no último dia útil do mês da primeira Data de Subscrição Inicial, e as demais Taxas de Administração no último dia útil de cada mês subsequente.

A Taxa de Administração tem o valor mínimo mensal de R\$8.800,00. Este valor previsto acima será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGPM a partir de 1º de maio de 2007. Os tributos incidentes sobre a esta remuneração mínima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a outros prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

O valor correspondente a 50% da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº

02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, § 2º da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste parágrafo será deduzido da Taxa de Administração devida.

A remuneração acima não inclui os encargos do Fundo previstos no capítulo “Despesas e Encargos do Fundo” deste prospecto, a serem debitados do Fundo pela Administradora.

O Fundo **não** cobrará taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administradora

Histórico e Atividades

A administração, gestão e distribuição do Fundo são realizadas pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em maio de 1991, a Administradora foi adquirida por seus atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos mais de vinte e dois anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

Atualmente, a empresa é administrada diretamente por seus controladores: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 50 profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há oito anos a companhia submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR Rating, tendo recebido em maio de 2007 a nota de longo prazo brAA⁺.

Especialmente em relação à administração de fundos de investimentos, a companhia tem experiência de mais de dez anos nessa atividade, a qual é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, a companhia disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos cotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos cotistas que participam diretamente do fundo, senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Administradora administra fundos de investimento em direitos creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 3,6 bilhões.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora

A Administradora, observadas as limitações legais e regulamentares, assim como as constantes do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo.

Obrigações e Responsabilidades

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- i) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos cotistas;
 - c) livro de atas de Assembléias Gerais;
 - d) o livro de presença dos cotistas;
 - e) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - g) os relatórios do auditor independente;

- ii) receber quaisquer rendimentos ou valores devidos ao Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
- iii) entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico – Valor Econômico – utilizado para divulgação de informações do Fundo e da taxa de administração praticada;
- iv) publicar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, e manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas do Fundo, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor de suas cotas, as rentabilidades acumuladas no mês e ano civil a que se referirem, os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, bem como a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores;
- v) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento;
- vi) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- vii) fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- viii) sem prejuízo da observância dos procedimentos previstos na regulamentação em vigor relativos às demonstrações financeiras, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- ix) providenciar, trimestralmente, a atualização da classificação de risco de cada Série das Cotas Seniores do Fundo, bem como convocar imediatamente a Assembléia Geral para deliberar a respeito dos procedimentos a serem adotados no caso do rebaixamento de tal classificação, nos termos do Regulamento;
- x) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, com relação ao Agente de Recebimento, ou ainda com relação à(s) instituição(ões)

financeira(s) em que o Fundo mantenha conta corrente, requerer, às expensas do Fundo, o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo;

- xi) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seus anexos, bem como futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e
- xii) informar à Agência Classificadora de Risco, sempre que solicitado, o saldo em aberto dos Direitos Creditórios do Fundo no último dia útil do mês imediatamente anterior, bem como o montante recebido no período a título de pagamento antecipado de Direitos Creditórios (cujos contratos hajam sido liquidados antecipadamente).

A divulgação das informações previstas no item “iv” acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada na forma determinada pela regulamentação pertinente, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.

Vedações

É vedado à Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os itens “i” a “iii” acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob

controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir cotas do próprio Fundo;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão de descumprimento de normas previstas no Regulamento e/ou na legislação aplicável;
- vi) vender cotas do Fundo a prestação;
- vii) vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios integrantes de sua carteira, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- viii) prometer rendimento predeterminado a cotistas;
- ix) fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvada a delegação a terceiros devidamente identificados, permitida nos termos da regulamentação em vigor;
- xi) obter ou conceder empréstimos; e

- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Remuneração da Administradora

A Administradora terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Taxa de Administração” acima.

Substituição da Administradora

A Administradora, mediante aviso publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação em vigor.

A contratação de nova Administradora deverá ser aprovada por cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Contratação de Terceiros

A Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia.

Custodiante e Escriturador de Cotas

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, a Administradora contratou o Deutsche Bank.

Histórico e Atividades

O Deutsche Bank vem prestando serviços de custódia desde 1870, através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt, sendo considerado atualmente um dos maiores custodiantes no mundo, com ativos totais sob custódia no montante aproximado de EUR 1,2 trilhões (data-base: dezembro de 2006).

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, mês em que o “Deutsche Ueberseeische Bank” abriu filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico. Em 1930, o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do “Disconto - Gesellschaft AG”. No decorrer da Segunda Guerra, entretanto, o Banco teve suspensas suas operações, retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968, quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, recebeu, do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No mundo, o Deutsche Bank oferece seus serviços em 73 países para seus clientes em 1.717 filiais ou agências e é uma das maiores instituições financeiras do mundo, possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de *rating* internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fitch IBCA.

Os serviços de custódia são um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994, inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e, em

1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais, tais como fundos de previdência.

Responsabilidades do Custodiante

Além de realizar a escrituração de cotas e controladoria do Fundo, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo;
- ii) validar os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo em relação ao atendimento aos Critérios de Elegibilidade;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, evidenciados pelo instrumento de cessão dos Direitos Creditórios e demais documentos comprobatórios da operação, nos termos do Contrato de Custódia;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativamente aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo.

Os serviços de custódia de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, bem como os serviços de controladoria do Fundo, serão prestados pelo Custodiante de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, entre a Administradora e o

Custodiante. Na prestação dos serviços acima referidos, o Custodiante trocará informações diretamente com a Cedente, conforme descrito no Contrato de Custódia.

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem

Em face da significativa quantidade de Direitos Creditórios e da expressiva diversificação de Devedores dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o Custodiante fica autorizado a efetuar por amostragem a verificação do lastro dos Direitos Creditórios, a que se refere o item 4.1 “i” do Regulamento, na forma e segundo os parâmetros especificados abaixo. Esta verificação por amostragem será realizada trimestralmente, ou na periodicidade mínima exigida pela regulamentação pertinente. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Administradora, a qual repassará tais informações à agência classificadora de risco, ao auditor do Fundo e à Cedente.

O Custodiante observará os seguintes parâmetros para efetuar por amostragem a verificação do lastro dos Direitos Creditórios:

- i) o Custodiante deve analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10%, independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos Creditórios selecionados; e
- ii) os procedimentos acima deverão ter por base as fórmulas abaixo:

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

onde

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2}$$

ξ_0 : Erro Estimado

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência e regularidade dos Documentos Comprobatórios correspondentes, mediante análise de amostra selecionada conforme item 1 acima. Segue, abaixo o escopo detalhado dos trabalhos:

- i) obtenção de base de dados analítica por Direito Creditório;
- ii) verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Cedente;
- iii) verificação da documentação acessória representativa dos Direitos Creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega do bem financiado);
- iv) verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- v) confirmação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para Direitos Creditórios vencidos e não liquidados; e
- vi) verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao Fiel Depositário.

A análise por amostragem justifica-se pelo fato de o Cedente possuir mais de 200.000 clientes, que celebraram aproximadamente 8.000 contratos de financiamento, os quais geram individualmente Direitos Creditórios com valor médio de R\$1.100,00. A maior parte dos Direitos Creditórios relacionados a tais contratos de financiamento são passíveis de cessão ao Fundo. Os valores e números indicados representam uma média estimada do número de devedores, quantidade e valor dos créditos do Cedente, podendo sofrer alterações de acordo com o desempenho mercadológico e da economia brasileira.

O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem e sob sua responsabilidade, terceiro para realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios referida neste item, bem como do enquadramento destes aos Critérios de Elegibilidade. O terceiro contratado nos termos deste item será (i) qualquer uma das seguintes empresas de auditoria: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes; ou (ii) qualquer outra empresa de auditoria, desde que neste caso previamente autorizada pela Administradora, por escrito. O Custodiante ou o terceiro contratado deverão prontamente informar as irregularidades apontadas na auditoria à Administradora, a qual repassará tais informações à agência classificadora de risco, ao auditor do Fundo e à Cedente.

Substituição e renúncia do Custodiante

A contratação de nova instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, deverá ser aprovada por cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Caso o Custodiante renuncie a suas funções enquanto esteja em curso qualquer evento de Avaliação ou de Liquidação, tal renúncia somente será eficaz após a correspondente liquidação do Fundo ou deliberação da Assembléia Geral pela continuação do Fundo.

Fiel Depositária

Os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda da Cedente, na qualidade de fiel depositária. A Cedente guardará os Documentos Comprobatórios em imóvel mantido e conservado pela própria Omni, nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos do item 4.1 “v” do Regulamento.

Agente de Cobrança

Omni, contratada para efetuar os serviços de cobrança dos Devedores que não efetuarem o pagamento dos Direitos Creditórios na respectiva data de vencimento, conforme descrito no item “Cobrança dos Direitos Creditórios” deste Prospecto.

Agente de Recebimento

Banco Bradesco S.A., contratado para prestar os serviços de cobrança escritural dos carnês e boletos de pagamento de titularidade do Fundo conforme descrito no item “Cobrança dos Direitos Creditórios” deste Prospecto.

Instituição Líder

A Instituição Líder da Oferta é o Banco KDB do Brasil S.A.

Auditor

Como auditor independente do Fundo, foi contratada a KPMG Auditores Independentes.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas a Fitch Ratings Brasil Ltda.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

Na data deste Prospecto, não há conflitos de interesses entre a Omni, a Instituição Administradora, a Instituição Líder e o Custodiante, que são as instituições envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

A Cedente foi contratada pelo Fundo como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios, bem como Agente de Cobrança.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia, conforme definido neste Prospecto, entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços (i) de custódia qualificada dos Direitos Creditórios, valores mobiliários e demais ativos financeiros do Fundo; (ii) de controladoria do Fundo; e (iii) de escrituração das cotas do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM.

Conforme o Contrato de Custódia, o serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e responsabilidade por eles, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos.

Por fim, a Administradora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, submeter às disposições do Contrato de Custódia outros Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, desde que tais fundos adquiram direitos creditórios exclusivamente da Omni. Nesse caso, os ativos, passivos e despesas de cada fundo serão, conforme o caso, creditados e debitados exclusivamente da conta de custódia respectiva, assegurando-se a segregação de patrimônio entre os diversos fundos.

Contrato de Cessão

O Contrato de Cessão é celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, a Cedente e o Deutsche. O Contrato de Cessão estabelece as regras e condições referentes a cada operação de aquisição, em caráter definitivo, de Direitos Creditórios pelo Fundo. Este Contrato institui um limite de R\$4.000.000.000,00 em Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo.

Conforme o Contrato de Cessão, o Preço de Aquisição a ser pago pelos Direitos Creditórios será calculado mediante a aplicação da Taxa de Desconto sobre o valor de face dos Direitos Creditórios. A Taxa de Desconto deve ser, no mínimo, a maior entre as seguintes:

- i) taxa de desconto equivalente a 87,5% (oitenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) da taxa de juros prefixada, na forma anual, do respectivo Contrato de Financiamento e/ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia, a ser aplicada pelo número de dias entre a Data de Aquisição e Pagamento e o vencimento de cada uma das parcelas do respectivo Contrato de Financiamento e/ou Contrato de Crédito Pessoal com Garantia; ou
- ii) o percentual resultante da seguinte fórmula:

$$TMDe = \left\{ \left[S \times TaxaDI \times \left(\frac{\sum VCS}{PL} \right) \right] + Y \right\}$$

Onde:

<i>TMDe</i>	= Taxa Mínima de Desconto, na forma anual;
<i>S</i>	= Sobretaxa, entendida esta como a apuração do valor médio dos Fatores Multiplicadores de cada série, ponderados pela participação patrimonial proporcional de cada série no Fundo;
<i>TaxaDI</i>	= Taxa DI apurada no dia útil anterior à cessão e calculada em base anual;
$\sum VCS$	= Somatório do valor de todas as Cotas Seniores em circulação no dia da cessão;
<i>PL</i>	= patrimônio líquido do Cessionário na data da respectiva cessão; e
<i>Y</i>	= percentual fixo, sendo Y igual a 30% (trinta por cento).

O Contrato de Cessão estabelece ainda que a Cedente deve celebrar, em seu nome, mas no exclusivo interesse do Fundo, o “Contrato para Prestação de Serviços Cobrança Escritural Bradesco / Telebradesco Empresa”, tendo como contraparte o Agente de Recebimento. A Cedente está obrigada a manter em vigor durante o prazo de existência do Fundo referido contrato, e qualquer alteração a ele está sujeita a prévia aprovação dos cotistas do Fundo, nos termos do Regulamento.

Conforme o Contrato de Cessão, a Cedente, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante nos termos do Regulamento, é contratada como Agente de Cobrança, em nome

do Fundo, mas sem qualquer ônus, observada a política de cobrança e os procedimentos de cobrança estabelecidos no Regulamento.

O Contrato de Cessão aqui referido faz parte deste Prospecto como seu Anexo VII.

Contrato de Colocação das Cotas Seniores da Segunda Série

O Contrato de Colocação das Cotas Seniores da Segunda Série é celebrado entre o Fundo, a Instituição Líder e a Cedente, tendo por objeto a distribuição pública da totalidade das Cotas Seniores da Segunda Série de emissão do Fundo.

O Contrato de Colocação das Cotas Seniores da Segunda Série estabelece as condições e os procedimentos a serem seguidos na Oferta, estabelecendo que 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da Segunda Série, será colocada sob o regime de garantia firme. Cópia do Contrato de Colocação das Cotas Seniores da Segunda Série encontra-se disponível para consulta na sede da Administradora.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento; e
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, desde que a Administradora autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos Creditórios.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional.

Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas, os recursos provenientes serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo o valor das Disponibilidades, acrescida do valor da carteira e dos valores a receber, deduzidas as exigibilidades.

Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe

As cotas de cada classe e Série do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo VIII do Regulamento e no item “Valorização das Cotas do Fundo” deste Prospecto; ou
- ii) na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, o valor das Cotas Seniores será apurado mediante o rateio do patrimônio líquido do Fundo proporcionalmente ao valor das Cotas Seniores de cada Série, calculado este conforme o item “i” acima.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

ASSEMBLÉIA GERAL

Competência

Será de competência privativa da Assembléia Geral:

- i) tomar anualmente, no prazo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as suas demonstrações financeiras;
- ii) alterar o Regulamento, seus Anexos e os Suplementos;
- iii) deliberar sobre a substituição da Administradora, da gestora do Fundo (se houver) e do Custodiante;
- iv) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas;
- v) deliberar sobre a alteração do Fator Multiplicador de qualquer das Séries de Cotas Seniores;
- vi) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão e do Contrato com o Agente de Recebimento;
- viii) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- ix) deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação ou de Liquidação; e
- x) deliberar sobre a substituição da agência classificadora de risco contratada.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às

exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 dias, a comunicação aos cotistas.

Procedimento de Convocação

A convocação da Assembléia Geral far-se-á mediante anúncio publicado no periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo (Valor Econômico), ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, dos quais constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem nela tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com antecedência mínima de 10 dias, contando-se tal prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos cotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos cotistas, com antecedência mínima de 5 dias. Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de cotistas possuidores de cotas que representem, no mínimo, 5% do total das cotas do Fundo.

Nomeação de Representante dos Condôminos

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas, nos termos do parágrafo anterior, a pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: (i) ser cotista sênior ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em

sociedades por ele diretamente ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum, e (iii) não exercer cargo na Cedente.

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, e observado ainda o disposto abaixo.

Deverão ser aprovadas por cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação (ou seja, todas as Cotas Seniores emitidas e que ainda não tenham sido resgatadas) as deliberações de que tratam os subitens “ii”, “iv”, “vii” e “ix” do item 17.1 do Regulamento, bem como a deliberação acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal.

Deverão ser aprovadas por cotistas que representem 95% das Cotas Seniores em Circulação as deliberações de que trata o subitem “v” do item 17.1 do Regulamento.

As deliberações relativas às matérias previstas nos subitens “iii”, “vi” e “viii” do item 17.1 do Regulamento serão tomadas, em primeira convocação, pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de 75% das Cotas Subordinadas as deliberações relativas a:

- i) alteração de vantagens ou criação ou aumento de obrigações para as Cotas Subordinadas;
- ii) contratação de quaisquer terceiros pelo Fundo, exceto de novo Agente de Cobrança e de nova Instituição Administradora;
- iii) alteração de prazo do Fundo ou de qualquer de suas Séries e/ou classes de cotas;
- iv) alteração da cláusula 6 do Regulamento, ou que afete a política de investimento do Fundo;

- v) alteração das cláusulas 7 e 8 do Regulamento, ou que altere as características dos Critérios de Elegibilidade e/ou das Condições Adicionais;
- vi) alteração da Relação Mínima e/ou da cláusula 11 do Regulamento;
- vii) alteração das Amortizações Programadas das Cotas Seniores, bem como dos critérios para amortização de Cotas Subordinadas;
- viii) alteração da cláusula 14 do Regulamento, ou que altere as características do Índice de Liquidez;
- ix) alteração das cláusulas 12 e 16 do Regulamento, do Anexo VIII do Regulamento ou que afete a forma de cálculo da valorização das cotas do Fundo;
- x) alteração da cláusula 17 do Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quoruns;
- xi) quaisquer dos assuntos especificados nos itens 17.1 “v” e “vii” do Regulamento;
- xii) alteração das cláusulas 18 e 19 do Regulamento ou que alterem ou criem Eventos de Avaliação e/ou de Liquidação;
- xiii) alteração da cláusula 20 do Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo, nos limites estabelecidos pela Instrução nº 356/01, da CVM;
- xiv) aprovação dos procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xv) alteração da metodologia de cálculo do Índice de Atraso, do Índice de Perda Acumulada e/ou do Anexo IX ao Regulamento; e
- xvi) alteração de qualquer dos Suplementos, ou quaisquer deliberações que afetem seu teor.

Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (dias de sua realização.

A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, sendo dispensada quando comparecerem à Assembléia Geral todos os cotistas do Fundo.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo, cuja verificação enseja a adoção dos procedimentos descritos abaixo:

- i) redução da relação referida no item 11.1 do Regulamento a nível inferior ao da Relação Mínima sem seu restabelecimento no prazo de 2 dias úteis;
- ii) verificação, com base no último dia útil do mês calendário, de que (a) o Índice de Perda Acumulada da carteira, calculado conforme a metodologia constante do Anexo IX do Regulamento, seja superior a 9,5%; e/ou (b) o Índice de Atraso da carteira, calculado conforme a metodologia e os prazos iniciais constantes do Anexo IX do Regulamento:
 - b.1) para a faixa de trinta dias (F=30) seja superior a 28%;
 - b.2) para a faixa de sessenta dias (F=60) seja superior a 16%;
 - b.3) para a faixa de cento e vinte dias (F=120) seja superior a 12,5%; ou
 - b.4) para a faixa de cento e oitenta dias (F=180) seja superior a 9,5%;
- iii) rebaixamento da classificação de risco inicialmente conferida às Cotas Seniores (ressalvada a hipótese específica do item 19.1 “iv” do Regulamento, que enseja um Evento de Liquidação);
- iv) descumprimento pelo Agente de Recebimento, não sanado no prazo de 5 dias, de suas obrigações definidas no Contrato com o Agente de Recebimento;
- v) inobservância pelo Custodiante e/ou Cedente de suas obrigações previstas no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e no Contrato com o Agente de Recebimento;

- vi) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco das Cotas Seniores em Circulação por prazo igual ou superior a 60 dias;
- vii) não pagamento do valor integral de qualquer amortização programada das Cotas Seniores;
- viii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- ix) ocorrência de qualquer dos eventos de revisão do Contrato de Cessão, os quais são abaixo transcritos:
 - a) não pagamento, pela Cedente, do preço de recompra dos Direitos Creditórios na forma descrita no Contrato de Cessão;
 - b) constatação, a qualquer tempo, de que o(s) Direito(s) Creditório(s) Cedido(s) não atendia(m), na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, às Condições Adicionais;
 - c) constatação, a qualquer tempo, de que qualquer cessão de Direitos Creditório sob este Contrato ocorreu em fraude contra credores (artigo 158 e seguintes do Código Civil), fraude de execução (artigo 593 do Código de Processo Civil) ou fraude de execução fiscal (artigo 185 do Código Tributário Nacional); e
 - d) alteração da política de concessão de crédito da Cedente que possa afetar o Fundo ou a originação de Direitos Creditórios a serem por ele adquiridos;
- x) não observância do Índice de Liquidez por 10 dias corridos consecutivos;
- xi) protesto de título contra a Cedente de valor superior a R\$500.000,00, sem sua sustação, quitação do título ou oposição de medida jurídica pertinente no prazo de 2 dias úteis;

- xii) inadimplemento pela Omni, por prazo superior a 3 dias úteis, de qualquer obrigação, em face de terceiros, de valor superior a R\$500.000,00;
- xiii) condenação definitiva da Omni em valor superior a R\$2.000.000,00;
- xiv) verificação de que em 2 meses consecutivos, ou em 2 meses dentro de um período de 6 meses, o Valor Mensal de Descontos dos Direitos Creditórios foi superior ao Valor Mensal Recebido de Encargos Moratórios; e
- xv) pedido de falência ou de regimes semelhantes com relação à Cedente, sem prejuízo do disposto no item 19.1 “i” do Regulamento, que é um Evento de Liquidação.

Procedimentos

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer dos Eventos de Avaliação, simultaneamente:

- i) dar ciência de tal fato aos cotistas, convocando a Assembléia Geral, a fim de deliberar se deverão ser iniciados os procedimentos de liquidação do Fundo;
- ii) suspender, de imediato, o pagamento das amortizações das Cotas Seniores e Subordinadas; e
- iii) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios.

Caso a Assembléia Geral referida acima decida pela liquidação do Fundo, deverão ser observadas as disposições pertinentes da cláusula 19 do Regulamento (descritas no item “Procedimentos de Liquidação”, abaixo). Caso a Assembléia Geral decida pela não liquidação do Fundo, fica assegurado aos cotistas dissidentes o direito de resgate antecipado das respectivas cotas, nos termos do Regulamento.

Eventos de Liquidação

Os Eventos de Liquidação, que ensejam a liquidação antecipada do Fundo, são os seguintes:

- i) o ajuizamento do pedido de autofalência pela Cedente, ou, caso a Cedente tenha sua falência requerida, a não apresentação de defesa, no prazo de 24 horas contadas a partir do deferimento, pelo juiz competente, do pedido de falência e, ainda, no caso de a Cedente sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou de Regime de Administração Especial Temporária - RAET;
- ii) a ocorrência de eventos que afetem substancialmente ou impossibilitem a originação e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, exemplificativamente, na hipótese de a Cedente não ceder ao Fundo Direitos Creditórios livres e desembaraçados que representem, a partir do 90º dia da primeira Data de Subscrição Inicial, no mínimo 50% do patrimônio líquido do Fundo;
- iii) a resolução, rescisão, resilição ou término, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão;
- iv) rebaixamento superior a dois níveis da classificação de risco inicialmente conferida a qualquer Série de Cotas Seniores em Circulação, pela agência classificadora de risco;
- v) caso a Assembléia Geral não defina um sucessor para a Administradora, gestora do Fundo ou Custodiante, conforme o caso;
- vi) caso qualquer dos índices de inadimplência tratados no item 18.1 “ii” do Regulamento (Índice de Perda Acumulada da Carteira e Índice de Atraso) forem observados nos níveis lá referidos por dois meses consecutivos ou forem aumentados no valor de 5 pontos ou mais em relação ao resultado do período anterior.

O Fundo será também liquidado antecipadamente na hipótese de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos no Regulamento para o cálculo do valor das Cotas Seniores, por prazo superior a 10 dias úteis consecutivos ou 15 dias úteis alternados, neste último caso dentro de um período de 180 dias imediatamente anterior à última data em que

ocorrer tal evento, exceto se os cotistas reunidos em Assembléia Geral por duas vezes consecutivas, chegarem a um consenso para definir um novo índice ou parâmetro.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, simultaneamente:

- i) dar ciência de tal fato aos cotistas, convocando a Assembléia Geral, para confirmar a liquidação do Fundo, bem como para definir eventuais procedimentos adicionais a serem adotados;
- ii) suspender, de imediato, o pagamento das amortizações das Cotas Seniores e Subordinadas;
- iii) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e
- iv) iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo.

No curso dos procedimentos de liquidação do Fundo, as Cotas Seniores deverão ser amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados os seguintes procedimentos:

- i) até o pagamento integral das Cotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos Creditórios, ficarão suspensos a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas;
- ii) a Administradora não adquirirá quaisquer Direitos Creditórios e deverá resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, adotando as medidas prudenciais necessárias para que o resgate ou alienação desses ativos não afete sua rentabilidade;
- iii) após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, todas as disponibilidades diárias havidas com o recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos deverão ser única e exclusivamente destinadas para amortização e resgate das Cotas Seniores;

- iv) quando o somatório dos valores creditados na conta corrente de titularidade do Fundo for equivalente a, no mínimo, R\$500.000,00, a Administradora, diretamente ou por meio de seus agentes, alocará as respectivas verbas na amortização antecipada, total ou parcial, das Cotas Seniores; e
- v) após a ocorrência da amortização integral das Cotas Seniores, e seu respectivo resgate, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá promover a amortização, total ou parcial, das Cotas Subordinadas.

Na hipótese de insuficiência de recursos em dinheiro para o pagamento integral das Cotas Seniores, a Administradora poderá proceder ao resgate dessas cotas por meio da dação em pagamento de Direitos Creditórios, a menos que outro modo seja decidido pela respectiva Assembléia Geral que deliberou a liquidação, nos termos e condições constantes do Regulamento e da regulamentação em vigor.

Será assegurado aos cotistas dissidentes o direito de resgate antecipado das respectivas cotas, pelo valor delas à época do resgate, observadas as condições de resgate estabelecidas no Regulamento, na hipótese de a Assembléia Geral convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo decidir pela não liquidação do Fundo. Para tanto, a manifestação da dissidência deve ser devidamente formalizada até o encerramento da respectiva Assembléia Geral.

Na ocorrência da hipótese mencionada no parágrafo anterior, caso o valor disponível no caixa do Fundo, somado ao valor dos Direitos Creditórios sejam insuficientes para quitar o resgate dos cotistas dissidentes, a Administradora deverá convocar nova Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de existência de Direitos Creditórios pendentes de vencimento, a Assembléia Geral poderá determinar que a Administradora adote os seguintes procedimentos:

- i) aguardar os vencimentos dos Direitos Creditórios e seu pagamento pelos respectivos Devedores para que os valores sejam rateados entre os cotistas;
- ii) ceder/vender os Direitos Creditórios a terceiros, inclusive à Cedente; e

iii) entregar os Direitos Creditórios aos cotistas para o pagamento dos seus haveres.

As Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos Creditórios e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos cotistas, mediante a constituição de um condomínio. As frações ideais do condomínio serão atribuídas aos cotistas de acordo com a proporção do valor de cotas detida por cada um. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Administradora deverá notificar os cotistas, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e ativos financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e ativos financeiros a que cada cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os cotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha o maior valor em Cotas Seniores.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração descrita no item “Taxa de Administração” deste Prospecto, as seguintes despesas:

- i) tributos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação em vigor;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo, ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que as cotas do Fundo venham a ser negociadas;
- x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e

- xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas.

Quaisquer despesas não previstas no item acima devem correr por conta da Administradora.

O pagamento das despesas com prestadores de serviço, não consideradas como encargos do Fundo, poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo ao prestador de serviço, desde que os correspondentes valores sejam deduzidos da Taxa de Administração.

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- i) a alteração da classificação de risco das classes ou Séries de cotas, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira;
- ii) a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do Fundo;
- iii) a ocorrência de eventos subseqüentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos;
- iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do Fundo; e
- v) qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação do Fundo.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de cotas de propriedade de cada um dos cotistas e o seu respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora disponibilizará diariamente em sua página na internet as seguintes informações:

- i) o valor do patrimônio líquido do Fundo;
- ii) o valor das cotas do Fundo;
- iii) as rentabilidades acumuladas no mês e ano civil a que se referirem;
- iv) os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo; e
- v) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores.

Considera-se o correio eletrônico (*e-mail*) como forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora, o Custodiante, a Cedente e os Cotistas.

Demonstrações Financeiras do Fundo

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

- ii) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras mensais e os demonstrativos trimestrais do Fundo disponíveis na data deste Prospecto encontram-se no Anexo XI.

PUBLICAÇÕES

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “Valor Econômico”.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCs

Os fundos de investimento em direitos creditórios foram criados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a qual foi regulamentada pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM (conforme alterada pelas Instruções nº 393, de 22 de julho de 2003, nº 435, de 5 de julho de 2006, nº 442, de 8 de dezembro de 2006 e nº 446, de 19 de dezembro de 2006) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo com alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incide (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá à seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	Entre 181 e 360 dias
17,5%	Entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a

alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

ATENDIMENTO AO COTISTA

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas cotas poderão ser obtidos junto à Administradora, em sua respectiva sede ou por meio do Sr. Alexandre Lodi, no telefone (21) 2493 7003. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Administradora, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca.

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os Cotistas poderão dirigir-se à Administradora, à Instituição Líder, à CVM e à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no item “Identificação da Administradora, da Instituição Líder, dos Consultores, Auditor e Demais Entidades Envolvidas na Oferta”, ou ainda acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: www.oliveiratrust.com, www.cvm.gov.br e www.cetip.com.br.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OMNI

Sumário

A Omni é instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Sr. Érico Sodré Quirino Ferreira. Atua no segmento de concessão de empréstimos com pagamento por meio de consignação dos valores das parcelas na folha de pagamento ou de benefício dos devedores, e no segmento de concessão de financiamentos a pessoas físicas para aquisição de veículos. Direciona sua atividade ao público de menor poder aquisitivo, atuando por meio de sua rede correspondentes bancários e agentes terceirizados.

Histórico

A Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento foi fundada em 1968, como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Em 1991, seu controle acionário foi transferido para os atuais acionistas. Mais tarde, em 1994, deixou de ser uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para se transformar em Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

Atividades, Clientes e Mercado de Atuação

Desde que se tornou sociedade de Crédito Financiamento e Investimento, a Omni concentrou seus esforços na concessão de financiamentos a pessoas físicas, especialmente ao público de baixa renda, por meio de rede de agentes terceirizados, atuando nos segmentos de crédito com pagamento consignado em folha de pagamento e de financiamentos para aquisição de veículos. Apesar deste enfoque, atinge também outros perfis de clientes. A Omni possui atualmente uma base de aproximadamente 200.000 clientes.

A companhia possui um foco claro, baseado nos seguintes elementos: concessão de créditos de pequeno valor para pessoas físicas, busca de firmes parcerias com seus agentes credenciados (correspondentes bancários), busca de constante inovação, execução de seus serviços com altos padrões de qualidade e pulverização do risco

Estrutura Organizacional – Grupo Econômico

O Grupo Omni é composto das seguintes empresas: Omni S.A. Crédito Financiamento e Investimento; Omni S.A. Avaliação Cobrança e Securitização de Crédito; Omni Tecnologia e Cartões Ltda; Omni Participação e Imóveis Ltda; Omni Holding Ltda; Omni Sociedade Crédito ao Microempreendedor Ltda; Omni Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda; Omni Gestão e Cobrança Ltda; Omni Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros; e Omni Informática Ltda.

Composição do Capital Social

O capital social da Omni é de R\$ 9.008.298,49, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 46.812.250 ações ordinárias e 15.648.250 ações preferenciais, num total de 62.460.500 ações nominativas, distribuídas da seguinte forma:

ACIONISTA	% DO CAPITAL SOCIAL
Omni Holding Ltda	47,59%
Érico Sodré Quirino Ferreira	39,89%
Stella M. Mendes Olyntho de Arruda	7,53%
José Tadeu da Silva	5,00%
Total	100,00%

A *holding* Omni Holding Ltda, por seu turno, tem seu capital social dividido da seguinte forma:

COTISTA	% DO CAPITAL SOCIAL
Érico Sodré Quirino Ferreira	99,99%
Stella M. Mendes Olyntho de Arruda	0,01%
Total	100,00%

Administração

Conselho de Administração

A Omni não conta com conselho de administração.

Diretoria

Segundo seu estatuto social, a diretoria da Omni deve ser composta por um mínimo de 2 e um máximo de 6 membros, pessoas naturais, acionistas ou não, indicados para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Atualmente, a diretoria da Omni tem a seguinte composição:

Diretor	Cargo
ÉRICO SODRÉ QUIRINO FERREIRA	PRESIDENTE
JOSÉ TADEU DA SILVA	DIRETOR EXECUTIVO
ROGÉRIO TOSAKI	DIRETOR EXECUTIVO

Descrição da experiência prévia em outras operações de securitização

A Omni já participou de outras operações de securitização de direitos creditórios originados de financiamento de veículos. Dentre elas, destacamos as descritas a seguir.

FIDC Omni Veículos I, que emitiu um total de R\$ 60.000.000,00 em cotas seniores de várias séries, com prazo de duração de 24 meses. Todas as amortizações das cotas seniores já foram integralmente pagas na data prevista. O prazo de duração do Fundo é de 60 meses, e teve início em 4 de fevereiro de 2004, restando ainda cotas subordinadas representativas de seu patrimônio.

FIDC Omni Veículos II, que emitiu um total de R\$ 104.000.000,00 em cotas seniores. Referido FIDC teve início em 10 de janeiro de 2005. A última amortização das cotas seniores do FIDC Omni II ocorreu em 21 de janeiro de 2008. O prazo de duração do Fundo é de 156 meses, e teve início em 21 de janeiro de 2005, restando ainda cotas subordinadas representativas de seu patrimônio.

FIDC Ourinvest, que emitiu cinco séries de cotas seniores no valor R\$ 6.000.000,00. Referido FIDC teve início em 11 de abril de 2005. Em 31 de janeiro de 2008: (a) o valor das cotas seniores da primeira série era de R\$ 897.956,05, com previsão de amortização em 3 parcelas mensais e sucessivas, de modo que a última amortização deverá ocorrer em abril de 2008; (b) o valor das cotas seniores da segunda série era de R\$

1.309.565,64, com previsão de amortização em 7 parcelas mensais e sucessivas, de modo que a última amortização deverá ocorrer em agosto de 2008; (c) o valor das cotas seniores da terceira série era de R\$ 2.189.224,08, com previsão de amortização em 8 parcelas mensais e sucessivas, de modo que a última amortização deverá ocorrer em setembro de 2008; (d) o valor das cotas seniores da quarta série era de R\$ 2.395.870,16, com previsão de amortização em 9 parcelas mensais e sucessivas, de modo que a última amortização deverá ocorrer em outubro de 2008; e (e) o valor das cotas seniores da quinta série era de R\$ 2.714.976,04, com previsão de amortização em 11 parcelas mensais e sucessivas, de modo que a última amortização deverá ocorrer em dezembro de 2008.

FIDC Omni Veículos III, que emitiu duas séries de cotas seniores, a primeira de R\$ 100.000.000,00 e a segunda, ainda em colocação, de R\$200.000.000,00. Referido FIDC teve início em 5 de outubro de 2006. Em 31 de janeiro de 2008; (a) o valor das cotas seniores da primeira série era de R\$ 116.558.800,08, a ser amortizado em 24 parcelas mensais e sucessivas a partir de novembro de 2008, de modo que a última amortização deverá ocorrer em outubro de 2010; e (b) o valor das cotas seniores da segunda série era de R\$ 68.224.359,20 a ser amortizado em 24 parcelas mensais e sucessivas a partir de novembro de 2009, de modo que a última amortização deverá ocorrer em outubro de 2011.

FIDC Omni Veículos IV, que emitiu um total de R\$ 50.000.000,00. Referido FIDC teve início em 24 de janeiro de 2007. Em 31 de janeiro de 2008, o valor da totalidade das cotas seniores emitidas era de R\$ 56.233.384,48, a ser amortizado em 36 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2009, de modo que a última amortização deverá ocorrer em janeiro de 2012.

Pessoal

Na data deste Prospecto, a Omni possui 343 empregados permanentes, alocados da seguinte forma:

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO
Filial	70
Matriz	273
Total	343

Ação Governamental e Regulamentação do Setor

Introdução

O mercado de crédito, em que a Omni atua, é bastante regulamentado. Após a reforma da legislação bancária, ao Banco Central do Brasil foi delegada a função de implementação de políticas monetárias e de crédito ditadas pelo CMN, bem como a de supervisionar as atividades das instituições financeiras, sejam do setor público ou do setor privado.

Regulamentam especificamente as atividades de uma instituição financeira:

- i) Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o sistema financeiro nacional;
- ii) Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sendo que a primeira trata da alienação fiduciária de bens móveis e ambas, em conjunto, disciplinam o mercado de capitais;
- iii) Código Civil, no que trata do contrato de mútuo e de garantias reais, entre outras matérias;
- iv) Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que trata dos crimes contra o sistema financeiro nacional;
- v) Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que trata da intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras;
- vi) Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, que trata do regime de administração especial temporária das instituições financeiras - RAET;
- vii) Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, que trata da responsabilidade solidária e indisponibilidade de bens de controladores de instituições financeiras e atribui poderes adicionais ao Banco Central do Brasil para a reorganização de instituições financeiras em crise, entre outras providências;
- viii) Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social, alterada pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999;

- ix) Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na lei;
- x) Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que institui a alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel;
- xi) Lei nº 9.701, de 17 de novembro de 1998, que trata da base de cálculo da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS;
- xii) Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, no que trata da base de cálculo da Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social - COFINS e forma de apuração de lucro para fins de imposto de renda;
- xiii) Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras;
- xiv) Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário;
- xv) Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF nos casos que especifica, e altera a Lei nº 9.311/96; e
- xvi) normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, dentro de suas respectivas áreas de competência.

Conselho Monetário Nacional

O CMN foi criado pela Lei nº 4.595/64 para ser o órgão máximo de planejamento da política monetária e financeira do País, sendo responsável, entre outras ações, pela regulação do valor interno da moeda, coordenação das políticas de crédito, orçamentária, fiscal e da dívida pública, orientação da aplicação dos recursos das instituições financeiras, bem como por zelar pela solvência das mesmas. Dentre as competências que foram

outorgadas ao CMN para desempenho de suas funções, as mais importantes são as seguintes:

- i) fixar normas e diretrizes cambiais;
- ii) disciplinar todas as formas de crédito concedidos por instituições financeiras, incluindo aceites, avais e prestação de garantias de qualquer natureza;
- iii) regular a constituição e funcionamento das instituições financeiras;
- iv) determinar a porcentagem máxima de recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente;
- v) estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes a serem observados pelas instituições financeiras, aí incluída a determinação periódica do valor de capital mínimo a ser observado pelas instituições financeiras;
- vi) regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redescontos e empréstimos efetuadas por quaisquer instituições bancárias, públicas e privadas;
- vii) regulamentar as operações de câmbio, inclusive *swaps*, fixando limites, taxas, prazos e outras condições;
- viii) regular os depósitos a prazo de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
- ix) definir a política de organização e funcionamento do mercado de valores mobiliários.

O CMN é composto de três membros: (i) Ministro de Estado da Fazenda, na qualidade de Presidente; (ii) Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e (iii) Presidente do Banco Central do Brasil.

Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil também foi criado pela Lei nº 4.595/64, com o papel de ser o órgão executivo das políticas do CMN. Para que o Banco Central do Brasil pudesse cumprir suas funções foram-lhe atribuídas as seguintes competências:

- i) conceder autorização às instituições financeiras para (a) funcionamento no País; (b) instalação ou transferência de sede ou dependências, inclusive no exterior; (c) transformação, fusão e incorporação; (d) alteração estatutária; (e) alienação de controle acionário; e (f) prática de operações de câmbio, crédito real, negociação habitual de títulos da dívida pública, ações, debêntures e títulos de crédito em geral;
- ii) exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;
- iii) fiscalizar os capitais estrangeiros;
- iv) regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; e
- v) exercer permanentemente a vigilância do mercado financeiro e fiscalização das instituições dele integrantes.

As instituições financeiras devem submeter ao Banco Central do Brasil suas demonstrações financeiras anuais e semestrais revisadas por auditor independente, bem como demonstrações mensais não auditadas, preparadas de acordo com normas contábeis promulgadas pelo Banco Central do Brasil para cada tipo de instituição financeira. Adicionalmente, como parte do controle do Banco Central do Brasil sobre suas atividades, as instituições financeiras devem declarar as transações de crédito, câmbio, destinação dos recursos obtidos levantados em transações de importação e exportação e qualquer outra atividade econômica relacionada. Tais informações são geralmente fornecidas diariamente ao Banco Central do Brasil através de sistemas eletrônicos, relatórios escritos e declarações. O dever de uma instituição financeira de disponibilizar para inspeção do Banco Central do Brasil suas informações corporativas e quaisquer outros documentos que o Banco Central do Brasil deseje analisar a fim de realizar suas atividades é estendido às pessoas jurídicas ou físicas que controlam a instituição financeira.

O Banco Central do Brasil atualmente impõe várias obrigações de reservas compulsórias e medidas relacionadas às instituições financeiras brasileiras, incluindo o Omni.

Comissão de Valores Mobiliários

A CVM foi criada pela Lei nº 6.385/76, para disciplinar o mercado de valores mobiliários. Dentre os objetivos da CVM, temos:

- i) estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;
- ii) promover a expansão e o funcionamento regular do mercado de valores mobiliários;
- iii) proteger os investidores contra emissões irregulares de valores mobiliários e atos ilegais dos administradores e acionistas controladores de companhias abertas ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
- iv) evitar e coibir manipulações no mercado;
- v) assegurar aos investidores o acesso a informações sobre os valores mobiliários e as companhias que os tenham emitido;
- vi) propor ao CMN a aprovação de normas gerais sobre: (a) condições para obter autorização ou registro necessário para (1) distribuição de emissão no mercado, e respectivos procedimentos administrativos; (2) compra de valores mobiliários para revenda por conta própria; e (3) mediação ou corretagem em bolsa de valores; (b) condições de idoneidade, capacidade financeira e habilitação técnica que deverão satisfazer os administradores de sociedades e os agentes autônomos; (c) condições de constituição e extinção das bolsas de valores, forma jurídica, órgãos de administração e seu preenchimento; (d) exercício do poder disciplinar pelas bolsas, sobre os seus membros, imposição de penas e casos de exclusão; (e) número de sociedades corretoras, membros da bolsa; requisitos ou condições de admissão quanto à idoneidade, capacidade financeira e habilitação técnica dos seus administradores; e representação no recinto da bolsa; (f) administração das bolsas; emolumentos, comissões e quaisquer outros custos cobrados pelas bolsas ou seus membros, quando for o caso; e (g) condições de realização das operações a termo; e
- vii) definir: (a) as espécies de operação autorizadas na bolsa e no mercado de balcão; métodos e práticas que devem ser observados no mercado; e responsabilidade dos

intermediários nas operações; (b) a configuração de condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários, ou de manipulação de preço; operações fraudulentas e práticas não equitativas na distribuição ou intermediação de valores; e (c) normas aplicáveis ao registro de operações a ser mantido pelas entidades do sistema de distribuição de valores mobiliários.

Para que a CVM possa alcançar seus objetivos, lhe foram atribuídas as seguintes competências:

- i) regulamentar, com observância da política definida pelo CMN, as matérias expressamente previstas na Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76;
- ii) administrar os registros instituídos pela Lei nº 6.385/76;
- iii) fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participem e aos valores nele negociados;
- iv) propor ao Conselho Monetário Nacional a eventual fixação de limites máximos de preço, comissões, emolumentos e quaisquer outras vantagens cobradas pelos intermediários de mercado; e
- v) fiscalizar e inspecionar as companhias abertas, dada prioridade às que não apresentem lucro em balanço ou às que deixem de pagar o dividendo mínimo obrigatório.

Contrato de Mútuo

O contrato de mútuo, previsto no Código Civil, é a figura jurídica pela qual se dão os empréstimos. De acordo com a caracterização legal, o mútuo é contrato pelo qual o mutuante (aquele que empresta a coisa) empresta ao mutuário (aquele que recebe a coisa em empréstimo) determinado bem fungível. No caso das instituições financeiras, o bem emprestado é dinheiro. O mutuário fica obrigado a devolver ao mutuante quantia equivalente à que recebeu acrescida de juros.

Garantias Reais

Penhor

O penhor, disciplinado no Código Civil, é direito real de garantia por meio do qual determinado bem móvel do devedor garante sua dívida. Na hipótese de inadimplemento o bem é executado para pagamento da dívida.

Hipoteca

A hipoteca, prevista no Código Civil, é, assim como o penhor, direito real de garantia. Diferencia-se daquele por recair sobre bem imóvel. Em caso de inadimplemento o imóvel é vendido em hasta pública para pagamento da dívida.

Alienação Fiduciária em Garantia

A alienação fiduciária em garantia de bens móveis está prevista na Lei nº 4.728/65, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004 e também é disciplinada pelo Código Civil. Na alienação fiduciária em garantia determinado bem do devedor passa fiduciariamente para a propriedade do credor, ficando o devedor com o bem na condição de depositário. Caso a dívida não seja paga, o credor pode exigir que o bem lhe seja entregue para que o venda a fim de adimplir a obrigação do devedor.

Caso o devedor se recuse a entregar o bem, ficará sujeito à prisão, como depositário infiel.

A Lei nº 9.514/97 instituiu a possibilidade de alienação fiduciária em garantia de bens imóveis.

Vedações Impostas pela Lei de Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/86)

A Lei nº 7.492/86 trata dos crimes contra o sistema financeiro nacional, trazendo uma série de vedações que as instituições financeiras devem observar. Abaixo indicamos os principais tipos penais previstos na mencionada Lei:

- i) induzir ou manter em erro sócio, investidor ou repartição pública competente, relativamente à operação ou situação financeira, sonegando-lhe informação ou prestando-a falsamente;
- ii) emitir, oferecer ou negociar, de qualquer modo, títulos ou valores mobiliários; (a) falsos ou falsificados; (b) sem registro prévio de emissão pela autoridade competente; (c) em condições divergentes das constantes do registro ou irregularmente registrados; (d) sem lastro ou garantia suficientes, nos termos da legislação; e (e) sem autorização prévia da autoridade competente, quando legalmente exigida;
- iii) exigir, em desacordo com a legislação, juro, comissão ou qualquer tipo de remuneração sobre operação de crédito ou de seguro, administração de fundo mútuo ou fiscal ou de consórcio, serviço de corretagem ou distribuição de títulos ou valores mobiliários;
- iv) fraudar a fiscalização ou o investidor, inserindo ou fazendo inserir, em documento comprobatório de investimento em títulos ou valores mobiliários, declaração falsa ou diversa da que dele deveria constar;
- v) fazer inserir elemento falso ou omitir elemento exigido pela legislação, em demonstrativos contábeis de instituição financeira, seguradora ou instituição integrante do sistema de distribuição de títulos de valores mobiliários;
- vi) manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação ("caixa dois");
- vii) tomar ou receber, qualquer dos controladores ou administradores, direta ou indiretamente, empréstimo ou adiantamento, ou deferi-lo ao controlador, a administrador, a membro de conselho estatutário, aos respectivos cônjuges, aos ascendentes ou descendentes, a parentes na linha colateral até o 2º grau, consangüíneos ou afins, ou a sociedade cujo controle seja por ela exercido, direta ou indiretamente, ou por qualquer dessas pessoas;
- viii) distribuir disfarçadamente lucros de instituição financeira;

- ix) violar sigilo de operação ou de serviço prestado por instituição financeira ou integrante do sistema de distribuição de títulos mobiliários, e
- x) efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País.

Lei n° 6.024/74 e Decreto-lei n° 2.321/87

A Lei n° 6.024/76 e o Decreto-lei n° 2.321/87 disciplinam a intervenção e liquidação extrajudicial e o regime de administração especial temporária das instituições financeiras, respectivamente.

Intervenção

A intervenção será decretada pelo Banco Central do Brasil diante das seguintes hipóteses:

- i) a instituição sofrer prejuízo, decorrente de má administração, que sujeite a riscos os seus credores;
- ii) forem verificadas reiteradas infrações a dispositivos da legislação bancária não regularizadas após as determinações do Banco Central do Brasil; e
- iii) configuração da falência da instituição, havendo possibilidade de evitar-se a liquidação extrajudicial.

A intervenção também poderá ser requerida pelos administradores da instituição financeira, hipótese em que estes devem indicar ao Banco Central do Brasil as razões de seu pedido. Uma vez decretada a intervenção, o Banco Central do Brasil nomeará interventor que terá poderes para a realização de todos e quaisquer atos de gestão ordinária, exceto aqueles que impliquem disposição ou operação do patrimônio da instituição, admissão e demissão de pessoal, os quais dependem de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil.

O período da intervenção não excederá a 06 (seis) meses, o qual, por decisão do Banco Central do Brasil, poderá ser prorrogado, uma única vez, até o máximo de outros 06 (seis) meses.

São efeitos da intervenção, desde sua decretação:

- i) suspensão da exigibilidade das obrigações vencidas;
- ii) suspensão da fluência do prazo das obrigações vincendas anteriormente contraídas;
e
- iii) inexigibilidade dos depósitos já existentes à data de sua decretação.

A intervenção cessará:

- i) se os interessados, apresentando as necessárias condições de garantia, julgados a critério do Banco Central do Brasil, tomarem para si o prosseguimento das atividades econômicas da instituição;
- ii) quando, a critério do Banco Central do Brasil, a situação da instituição se houver normalizado; e
- iii) se decretada a liquidação extrajudicial ou a falência da instituição.

Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial será decretada pelo Banco Central do Brasil diante das seguintes hipóteses:

- i) em razão de ocorrências que comprometam a situação econômica ou financeira da instituição financeira, especialmente quando deixar de satisfazer, com pontualidade, seus compromissos ou quando se caracterizar qualquer dos motivos que autorizem a declaração de falência;

- ii) quando a administração violar gravemente as normas legais e estatutárias que disciplinam a atividade da instituição, bem como as determinações do CMN ou do Banco Central do Brasil;
- iii) quando a instituição sofrer prejuízo que sujeite a risco anormal seus credores quirografários; e
- iv) quando, cassada a autorização para funcionar, a instituição não iniciar, nos noventa (90) dias seguintes, sua liquidação ordinária, ou quando, iniciada esta, verificar o Banco Central do Brasil que a morosidade de sua administração pode acarretar prejuízo para os credores.

A liquidação extrajudicial também poderá ser requerida pelos administradores da instituição financeira, hipótese em que têm que indicar ao Banco Central do Brasil as razões de seu pedido.

Assim como na intervenção há nomeação de interventor, na liquidação extrajudicial o Banco Central do Brasil nomeia um liquidante. Os poderes do liquidante são mais amplos que os do interventor. O liquidante tem amplos poderes de administração e liquidação, especialmente para verificação e classificação dos créditos, podendo nomear e demitir funcionários fixar-lhes os vencimentos, outorgar e cassar mandatos, propor ações e representar a massa em juízo ou fora dele.

Dependem de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, entretanto, ultimar os negócios pendentes e onerar ou alienar bens da instituição.

São efeitos da liquidação extrajudicial:

- i) suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação;
- ii) vencimento antecipado das obrigações da liquidanda;
- iii) não-atendimento das cláusulas penais dos contratos unilaterais vencidos em virtude da decretação da liquidação extrajudicial;

- iv) não-fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo; e
- v) interrupção da prescrição relativa a obrigações de responsabilidade da instituição.

A liquidação extrajudicial cessará:

- i) se os interessados, apresentando as necessárias condições de garantia julgadas a critério do Banco Central do Brasil, tornarem para si o prosseguimento das atividades econômicas da instituição;
- ii) por transformação em liquidação ordinária;
- iii) com a aprovação das contas finais do liquidante e baixa no registro público competente; e
- iv) se decretada a falência da instituição.

Regime de Administração Especial Temporária - RAET

O RAET é a forma mais branda de intervenção pelo Banco Central do Brasil nas instituições financeiras. A característica principal do RAET é manter a instituição funcionando normalmente, diferente do que ocorre na intervenção e liquidação extrajudicial.

O Banco Central do Brasil poderá instituir o RAET nas seguintes hipóteses:

- i) prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal;
- ii) existência de passivo a descoberto;
- iii) descumprimento das normas referentes à conta de reservas bancárias mantida no Banco Central do Brasil;

- iv) gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores; e
- v) ocorrência de qualquer das situações que ensejem intervenção.

A duração da administração especial será fixada no ato que a decretar, podendo ser prorrogada, se absolutamente necessário, por período não superior ao primeiro.

Uma vez instituído o RAET, o Banco Central do Brasil irá designar conselho diretor, que terá poderes de administração ordinária da instituição financeira. A disposição ou operação do patrimônio da instituição dependem, todavia, de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil. Há a opção de se atribuir a administração da instituição a pessoas jurídicas com especialização na área, ao invés da nomeação de conselho diretor.

Outra importante característica do RAET é a possibilidade de utilização dos recursos da reserva monetária pelo Banco Central do Brasil para saneamento da instituição.

O RAET cessará:

- i) se a União Federal assumir o controle acionário da instituição;
- ii) nos casos de transformação, incorporação, fusão, cisão ou de transferência do controle acionário da instituição; e
- iii) quando o Banco Central do Brasil julgar que a situação da instituição estiver normalizada.

Regulação sobre Consumidor Bancário

A Resolução CMN nº 2.878, de 26 de julho de 2001, alterada pela Resolução nº 2.892, de 27 de setembro de 2001 estabeleceu novos procedimentos em relação à contratação de transações financeiras e aos serviços prestados por instituições financeiras aos clientes e público em geral, objetivando a melhoria do relacionamento entre os participantes do mercado através da adoção de mais transparência, disciplina, competição e confiabilidade da parte das instituições financeiras. A nova regulamentação consolidou

todas as regras anteriores que tratam sobre o tema. As principais alterações introduzidas pela Resolução nº 2.878 foram:

- i) as instituições financeiras devem assegurar que os clientes estão cientes de todas as cláusulas contratuais, incluindo responsabilidades e penalidades aplicáveis a ambas as partes, com o intuito de proteger as contrapartes contra práticas abusivas. Todas as questões, consultas ou queixas relativas aos contratos ou a publicidade das cláusulas devem ser prontamente respondidas, e taxas, comissões ou qualquer outra forma de remuneração operacional referente aos serviços não podem ser aumentadas sem justificativas razoáveis (em qualquer hipótese, estas não podem ser maiores do que os limites impostos pelo Banco Central do Brasil);
- ii) as instituições financeiras estão proibidas de transferir recursos de contas diferentes de seus clientes sem prévia autorização dos mesmos;
- iii) as instituições financeiras não podem exigir que transações ligadas a outras instituições sejam realizadas em uma mesma instituição, e, por conseguinte, se a transação é dependente de uma outra transação, o cliente está livre para utilizar a instituição financeira que desejar;
- iv) as instituições financeiras estão proibidas de divulgar publicidades ou informações abusivas ou que induzam ao erro, sobre seus contratos e serviços. As instituições financeiras são responsáveis por qualquer dano causado aos seus clientes devido à falhas na representação;
- v) os juros cobrados em transações de crédito pessoal e de crédito direto ao consumidor devem ser proporcionalmente reduzidos em caso de pagamentos dos débitos antes da data do vencimento; e
- vi) o cliente tem o direito de sacar até R\$5.000,00 de sua conta bancária caso a operação seja realizada na agência em que o cliente mantenha a sua conta. Para o saque de quantias maiores, o cliente deve comunicar a instituição financeira com ao menos um dia de antecedência.

Lavagem de Dinheiro

Para a repressão dos crimes de lavagem de dinheiro definidos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, o Banco Central do Brasil editou a Circular nº 2.852, de 3 de dezembro de 1998, e a Carta-Circular nº 2.826, de 4 de dezembro de 1998, que impõem às instituições financeiras as seguintes obrigações:

- i) manter atualizadas as informações cadastrais de seus clientes;
- ii) manter controles e registros internos consolidados que permitam verificar, além da adequada identificação do cliente, a compatibilidade entre as correspondentes movimentações de recursos, atividade econômica e capacidade financeira;
- iii) manter registro, na forma a ser estabelecida pelo Banco Central do Brasil, de operações envolvendo moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, metais ou qualquer outro ativo passível de ser convertido em dinheiro;
- iv) manter registro de operações: (a) que, realizadas com uma mesma pessoa, conglomerado ou grupo, em um mesmo mês calendário, superem, por instituição ou entidade, em seu conjunto, R\$ 10.000,00; e (b) que envolvam titular de conta corrente que apresente créditos ou débitos que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício que objetive burlar os mecanismos de identificação; e
- v) dispensar especial atenção às operações ou propostas cujas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, formas de realização e instrumentos utilizados, ou cuja falta de fundamento econômico ou legal possam indicar a existência de crime; dentre estas operações incluem-se, exemplificadamente: (a) aumentos substanciais no volume de depósitos de qualquer pessoa física ou jurídica, sem causa aparente, em especial se tais depósitos são posteriormente transferidos, dentro de curto período de tempo, a destino anteriormente não relacionado com o cliente; (b) proposta de troca de grandes quantias em moeda nacional por moeda estrangeira e vice-versa; (c) depósitos contendo notas falsas ou mediante utilização de documentos falsificados; (d) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira presumida do cliente; (e) operação ou proposta no sentido de sua

realização, com vínculo direto ou indireto, em que a pessoa estrangeira seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal.

As instituições financeiras são obrigadas a informar ao Banco Central do Brasil sobre a realização das operações indicadas nos itens (iii), (iv) e (v) acima por seus clientes. No caso das operações constantes do item (iii), apenas aquelas com valor igual ou superior a R\$ 10.000,00 devem ser informadas.

Créditos em Liquidação

A inscrição de valores nas contas de créditos em liquidação em provisão de créditos de liquidação duvidosa é disciplinada pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, alterada pela Resolução nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, ambas do CMN, que determina a classificação das operações de crédito em níveis estabelecidos em ordem alfabética crescente de "AA" a "H", de acordo com seu grau de risco que deve ser medido levando-se em consideração os seguintes fatores:

- i) em relação ao devedor e seus garantidores: (a) situação econômico-financeira; (b) grau de endividamento; (c) capacidade de geração de resultados; (d) fluxo de caixa; (e) administração e qualidade de controles; (f) pontualidade e atrasos nos pagamentos; (g) contingências; (h) setor de atividade econômica; e (i) limite de crédito; e
- ii) em relação à operação: (a) natureza e finalidade da transação; (b) características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e (c) valor.

A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deverá ser feita mensalmente em porcentagens determinadas de acordo com o nível de risco do crédito correspondente.

Principais Aspectos Tributários

As Instituições financeiras se sujeitam às regras tributárias aplicáveis à generalidade das pessoas jurídicas, com algumas alterações aplicáveis em virtude de sua atividade.

Segue abaixo a menção a alguma dessas alterações em determinadas normas tributárias, sem a pretensão de esgotar a matéria, que é extensa.

Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social

Por ser a Omni uma instituição financeira, é obrigado a recolher ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS uma contribuição adicional sobre a remuneração paga a seus funcionários de 2,5%, além dos 20% que todos os empregadores são obrigados a contribuir.

Imposto de Renda

As instituições financeiras são obrigadas a apurar o imposto de renda da pessoa jurídica com base no Lucro Real, à alíquota de 15% acrescida de um adicional de 10% sobre a parcela do Lucro Real que ultrapassar a R\$ 240 mil/ano.

Contribuição social sobre o lucro líquido

Incide à alíquota de 9% sobre o lucro líquido, até 30 de abril de 2008 e 15% sobre o lucro líquido a partir de 1º de maio de 2008.

Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o financiamento da Seguridade Social (Cofins)

Sobre a totalidade das receitas deduzidas as despesas de captação há incidência do PIS e da Cofins à alíquota total de 4,65%.

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

A alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF é zero para as instituições financeiras tanto nas operações de crédito com outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no câmbio interbancário, nas operações com títulos e valores mobiliários, e nas operações de opções de compra de títulos e valores mobiliários.

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS SENIORES DA SEGUNDA SÉRIE DO FUNDO

ANEXO III

RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DA OMNI, ORIGINADOS DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE CONTRATOS DE CRÉDITO PESSOAL COM GARANTIA

ANEXO IV

ESTATUTO SOCIAL DA OMNI

ANEXO V

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA OMNI RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 31 DE DEZEMBRO DE 2005, 31 DE DEZEMBRO
DE 2004; BALANCETES DA OMNI RELATIVOS A 31 DE MARÇO DE 2007 E 31 DE MARÇO DE
2006**

ANEXO VI

DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E DA ADMINISTRADORA

ANEXO VII

CONTRATO DE CESSÃO

ANEXO VIII

SUPLEMENTO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES

ANEXO IX

SUPLEMENTO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES

ANEXO X

HISTÓRICO DA CARTEIRA DO FUNDO

Data	Total de Direitos Creditórios	Direitos Creditórios a vencer	Direitos Creditórios em atraso
31/7/2007	41.018.431,27	40.583.434,88	434.996,39
30/8/2007	77.573.022,32	76.654.625,42	918.396,90
28/9/2007	91.467.499,08	90.211.612,10	1.255.886,98
31/10/2007	94.428.823,69	92.633.448,51	1.795.375,18
29/11/2007	122.347.405,91	119.721.577,10	2.625.828,81
31/12/2007	128.161.502,18	124.567.855,16	3.593.647,02
31/1/2008	206.528.604,64	202.463.724,20	4.064.880,44

Data	01 até 30 dias	%	31 até 60 dias	%	61 até 90 dias	%	mais de 90 dias	%	PL Total
31/7/2007	434.996,39	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	41.574.955,04
30/8/2007	848.432,51	92,38%	69.964,39	7,62%	0	0,00%	0	0,00%	78.552.432,51
28/9/2007	1.057.673,99	84,22%	174.399,96	13,89%	23.813,03	1,90%	0	0,00%	92.329.330,45
31/10/2007	1.400.399,84	78,00%	311.202,44	17,33%	68.397,11	3,81%	15.375,79	0,86%	95.404.014,99
29/11/2007	1.824.120,49	69,47%	560.951,71	21,36%	170.360,50	6,49%	70.396,11	2,68%	124.749.952,88
31/12/2007	2.326.200,62	64,73%	754.557,82	21,00%	309.293,08	8,61%	203.595,50	5,67%	124.975.991,66
31/1/2008	2.307.737,89	56,77%	866.424,48	21,31%	442.456,04	10,88%	448.262,03	11,03%	202.405.487,72

Fonte: Instituição Administradora

ANEXO XI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO